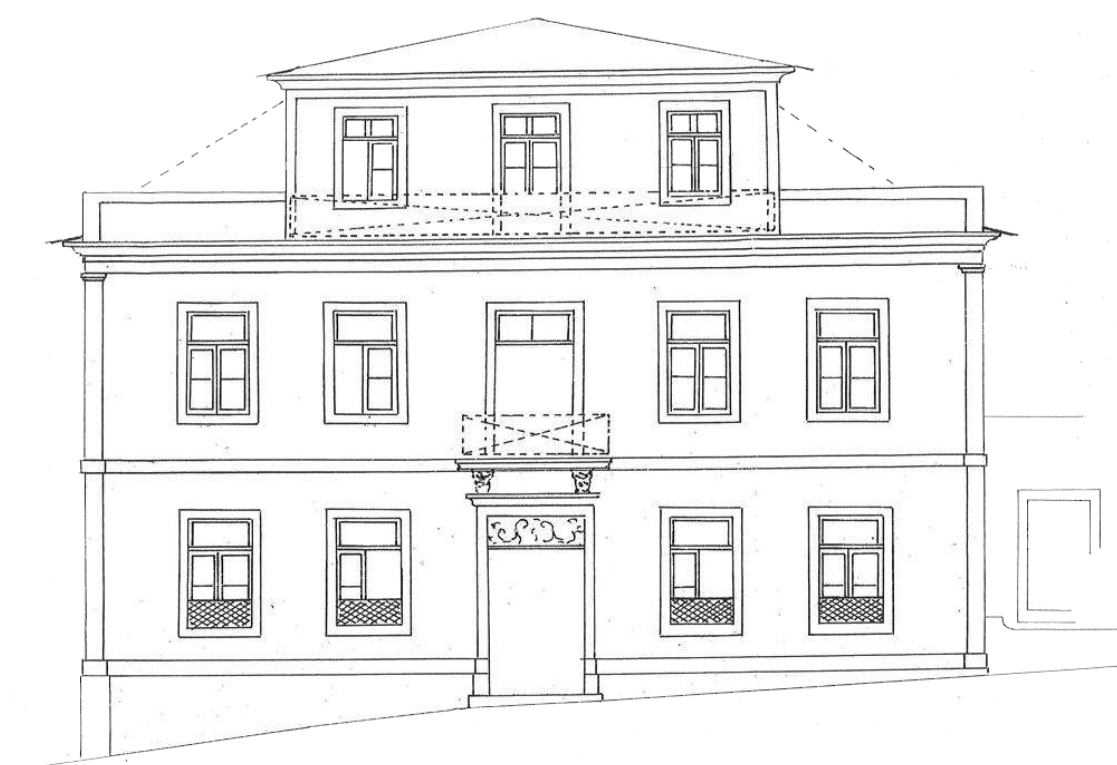
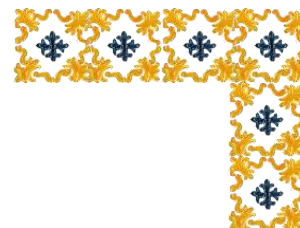




SANTA
CASA
Misericórdia de Vila Nova de Gaia



Relatório de Atividades e Contas

2014

ÍNDICE

A Palavra do Provedor	5
Corpos Gerentes	8
Atividades dos Corpos Gerentes e do Conselho Geral	9
Assembleias Gerais	9
Mesa Administrativa	9
Definitório	10
Conselho Geral	10
Área Operacional da Educação	10
Creche e Pré-Escolar	10
Centro de Acolhimento Temporário N.º Sr.ª da Misericórdia	11
Área Operacional de Intervenção Social	12
Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI)	12
Serviço de Ação Social	13
Estrutura Residencial Conde das Devezas	14
Programa de Emergência Alimentar	15
Programa Integrado de Formação e Educação (PIEF)	17
Área Operacional da Saúde	17
Clínica Fisiátrica	17
Farmácia da Misericórdia de Gaia	19
Serviço de Comunicação, Imagem e Marketing	19
Serviço de Qualidade	22
Património Imóvel	23
Serviço de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho	24
Serviço de Voluntariado	26
Arquivo e Centro de Documentação	28
Parcerias e Protocolos	29
Religião e Culto	31
Eventos Culturais	32
Legados e doações	33
Tombo dos Irmãos	34
Notas Finais	36
Demonstrações financeiras	39
Parecer do Definitório	73
Parecer dos Revisores Oficiais de Contas	75



PT/AHVNG/D/011/f.01. "Louvores à Misericórdia de Deus que enche a Terra e os Céus".
Autor desconhecido. 250X385mm, aguarela e lápis.

Palavra do Provedor

Prezadas Irmãs e Irmãos,

Dando cumprimento ao disposto no Compromisso da nossa Irmandade (alínea e) do art.º 45.º) vem a Mesa Administrativa apresentar às Irmãs e Irmãos o Relatório de Atividades e as Contas de Gerência referente ao exercício que terminou em 31.12.2014.

A presente e infelizmente muito prolongada situação de crise económica e financeira que o País atravessa e que arrasta, penosamente, uma crise social – que em muito se deve ao ainda muito elevado desemprego e à tremenda carga de impostos a que estamos sujeitos - teve repercussões na nossa atividade de que resultam evidentes os valores em falta das participações familiares não pagas e, em simultâneo, o aumento de rendas por liquidar, pese embora o efeito do novo regime de arrendamento urbano que compensou, de alguma forma, essa perda.

Foi também notória a maior ajuda às populações, fornecida pela nossa instituição, nomeadamente no preenchimento do protocolo PEA, Programa de Emergência Alimentar, que nos permitiu distribuir a totalidade das refeições que temos protocoladas com o Estado através do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e mais distribuiríamos se não houvesse essa limitação.

No meio deste conjunto de dificuldades, a nossa Instituição continuou a desenvolver a sua atividade, procurando melhorar a sua organização, também administrativa, na tentativa de conseguir a implementação de alguns projetos cuja conclusão tem sido mais morosa do que se previa e dos quais destacamos os seguintes:



- Sistema de Avaliação e Desempenho dos nossos Colaboradores;
- Sistema de Qualidade;
- Licenciamento e legalização dos estabelecimentos da SCMG.

Ao mesmo tempo, estabilizou-se, com resultados já visíveis, um ou outro projeto que trouxe um melhor serviço aos nossos utentes (p. ex. a melhor implementação dos serviços de enfermagem nos lares através dos quais melhoramos a cobertura em tempo de permanência ao serviço dos nossos utentes).

É ainda de lembrar o esforço que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia (SCMG) começou a dedicar ao seu **arquivo** e que vai permitir, quando em velocidade de

cruzeiro, uma arrumação de mais de oito décadas ao serviço dos gaienses. Após a inauguração do edifício no exercício anterior, segue-se agora o trabalho de maior envergadura que é o de classificar e arrumar de forma adequada toda a documentação “produzida” ao longo de todos estes anos.

Outra das áreas que em muito contribuirá para a sustentabilidade da SCMG foi a efetiva constituição de um **Gabinete Técnico-adjunto ao SOMP** (Serviço de Manutenção, Obras e Património) no qual se depositam boas expectativas e que depois das vicissitudes porque passa uma estrutura ainda jovem, pensamos que virá a ter um papel muito importante nos projetos que lhe virão a ser confiados no futuro, tendo em atenção a necessidade de rentabilizarmos o nosso património sem o qual nos manteremos sem capacidade para promovermos a requalificação dos nossos equipamentos, o que se torna indispensável face às novas medidas legislativas e cuja aplicação não podemos retardar por mais tempo.

Foi adjudicada a obra de requalificação no Equipamento Social Salvador Brandão que permite a aprovação do **Plano de Segurança Contra Incêndios** (PSI) e no qual vai a SCMG despende cerca de 240 000 € (Duzentos e quarenta mil euros) a que acrescerá o IVA.

Ainda no capítulo das realizações, assumimos a gestão da **Academia Sénior** através de um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e pelo qual se disponibiliza aos seus alunos um conjunto de benefícios em reforço da anterior prática e que, por certo, maior satisfação lhes trará. Deve até registar-se um retorno de antigos alunos que estavam um pouco mais afastados, agora que viram o projeto reforçado.

No que diz respeito à representação da nossa Instituição, estivemos presentes em todas as ações organizadas pela União das Misericórdias Portuguesas e não só, nomeadamente, no Congresso Nacional que se realizou em Évora, mas, acima de tudo, desejamos assinalar uma **Geminação**, que muito nos honra, com a Santa Casa da Misericórdia da Calheta na ocasião em que decorria na Madeira o 1.º Congresso das IPSS e Misericórdias da Madeira. É um marco assinalável na nossa relação com o mundo das Misericórdias.

Devemos, porém, registar dois acontecimentos importantes na nossa Instituição com a concessão pela Assembleia Geral do reconhecimento de **Irmão Benemérito** a um Benfeitor, **Senhor Coronel Bernardo Zeferino**, assim por todos conhecido. Nessa mesma altura, a Assembleia Geral concedeu a honraria de **Irmão Honorário a D. Manuel Martins**, Bispo Emérito de Setúbal, uma extraordinária personalidade que não só marcou a história da Igreja em Portugal, como esteve sempre muito disponível para a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Não podíamos deixar de realçar a **inauguração da Via da Misericórdia** a qual, embora reduzida a uma dimensão que a nossa Instituição mais do que justificava; tratou-se, em certa

medida, da possível compensação formalizada pelo atual Presidente da Câmara de Gaia, Prof. Dr. Eduardo Vítor Rodrigues – a quem, na devida altura, se elogiou este gesto - que procedeu ao descerramento da placa comemorativa a 01.08.2014.

Um outro acontecimento que não pode passar à margem do ano 2014 foi o lançamento de uma obra literária da autoria do nosso Irmão Fernando António da Silva Correia e que conta a notável história de vida de **António Almeida da Costa, Industrial, Humanista e Filantropo**, um dos maiores benfeitores da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Finalmente, deve ser feita referência a que o ano de 2014 **foi um ano de eleições** para os Corpos Gerentes, o que sempre traz alguma perturbação na gestão de qualquer Instituição, seja ela qual for porque, havendo mais do que uma lista a concurso, há sempre alguma involuntária paragem no conjunto das ações programadas em que uma ou outra fica por realizar. Em todo o caso, **registe-se o ambiente de contenção e educação com que as mesmas decorreram**, o que, acreditamos, dignificou a nossa Instituição.

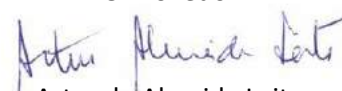
É, porém, a altura de fazer referência ao conjunto dos Colaboradores, Voluntários, Entidades Públicas e Privadas e até mesmo Utentes que colaboraram para que o ano de 2014 fosse um ano positivo. Sem pretender realçar ninguém, porque nestas distinções pode aparecer quem se considere excluído, sempre diremos que o apoio que a Mesa Administrativa recebeu, leva a considerar que todos, na medida das suas possibilidades, nos ajudaram a gerir o melhor possível o entusiasmo que foi colocado ao serviço dos utentes, naquilo que é a nossa principal missão: aplicar bem as obras de misericórdia.

Assim o fizemos e esperamos que este princípio continue a perdurar por muitos e muitos anos.

Bem hajam.

Pela Mesa Administrativa

O Provedor



Artur de Almeida Leite

Corpos Gerentes

2009 a 12.12.2014

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Efetivo

Prof. Eng.º Joaquim Manuel V. Poças
Martins

Presidente Suplente

Prof. Dr. Armando Sousa Nogueira

Secretários

Eng.º António Santos Silva Grangeia
Dr.ª Engrácia Maria da Costa Tavares

Secretário Suplente

Ângelo Gomes de Sá

Mesa Administrativa

Provedor

Joaquim Lima Moreira Vaz

Vice-Provedor

Dr. Pedro Altino Nobre Moreira da Silva

Mesários

Jorge Manuel Silva Soares
Dr.ª Ana Pinto Ramos
Manuel António Vilaça Costa
Arqt.º António Manuel Lacerda Vieira
Valentim Manuel da Silva Machado

Definitório

Presidente

Dr. António José Ramalho Monteiro

Vogais

Américo Ferreira Camarinha
Dr. Paulo Alexandre Fernandes Parda

Suplentes

Dr. Fernando Manuel Lopes Ribeiro
Álvaro Manuel Areias Carvalho

12.12.2014 a 2018

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Efetivo

Dr. Artur Alberto Falcão Lopes Cardoso

Presidente Suplente

Dr. Manuel Joaquim Pinto Barbosa Leão

Secretários

Dr. José Carlos Moreira da Cunha Barros
Eng.º Vítor António Junqueira Cerqueira

Secretários Suplentes

Casimiro Rodrigues Sousa
Arnaldo António Vieira Ribeiro

Mesa Administrativa

Provedor

Artur de Almeida Leite

Vice-Provedor

Dr. António Carlos Almeida Teixeira

Mesários

Luís Marques Gomes
Dr. Joaquim Eduardo Sousa Gonçalves Sá
Dr. José Carlos Filipe Ramos
Dr.ª Inácia Glória Moreira Martins Barbosa
Leão

Dr.ª Maria Luísa Fernandes Dantas da Silva
Dr. José Urbano Soares

Dr. Mário Rui Figueira de Campos Fontemanha

Suplentes

Eng.º António Fernando de Aguiar Ferreira
Dr. Mário Rui do Carmo Matos
Eng.º Américo António da Silva Monteiro

Definitório

Presidente

Eng.º Manuel Francisco Caruncho

Vogais

Manuel Fernando Chaves da Silva
Fernando Jorge Dias Andrade

Suplentes

Rui Manuel Tavares Poças
Joaquim Carlos Dias Monteiro
Dr. Alcino José Lopes Vieira dos Santos

Atividades dos Corpos Gerentes e do Conselho Geral

Assembleias Gerais

No ano de 2014 a nossa Irmandade reuniu em Assembleia Geral nas seguintes datas:

- Em 28 de março de 2014, para apreciação, discussão e votação do Relatório da Mesa Administrativa e do Balanço e Contas de Gerência do exercício de 2013;
- Em 4 de julho de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: “Apreciação, discussão e votação da proposta apresentada pelo Presidente da Mesa a Assembleia Geral, ouvido o Presidente do Definitório, para que o atual Provedor e demais Irmãos dos atuais Corpos Gerentes, com exceção dos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral e do Definitório, possam candidatar-se, assim o desejem, ao próximo ato eleitoral, por considerar que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição”.
- Em 12 de novembro de 2014, em Assembleia Geral Ordinária, foram aprovados por unanimidade os seguintes documentos: o Plano de Atividades, o Orçamento de Exploração Previsional; o Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos para 2015 e Parecer do Definitório; Proposta da Mesa Administrativa para a concessão da dignidade de Irmão Benemérito, ao Exm.^o Senhor Coronel José Bernardo Zeferino a título póstumo; Proposta da Mesa Administrativa para a concessão da dignidade de Irmão Honorário a Sua Ex.^a Revm.^a D. Manuel da Silva Martins, Bispo Emérito de Setúbal;
- Em 23 de novembro de 2014, em Assembleia Eleitoral destinada à Eleição dos Corpos Gerentes para o quadriénio de 2015/2018.

Mesa Administrativa

Ao longo do ano de 2014, a Mesa Administrativa reuniu quinzenalmente, num total de 24 (vinte e quatro) sessões ordinárias e por 3 (três) vezes, em sessão extraordinária.

Ao mesmo tempo, assegurou o funcionamento de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa e a realização de todos os projetos, planos e objetivos.

Definitório

Este Órgão acompanhou a atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, analisando não só as peças financeiras que lhe foram sendo fornecidas com regularidade, mas também outros elementos que acharam oportuno solicitar, emitindo pareceres e apresentando recomendações.

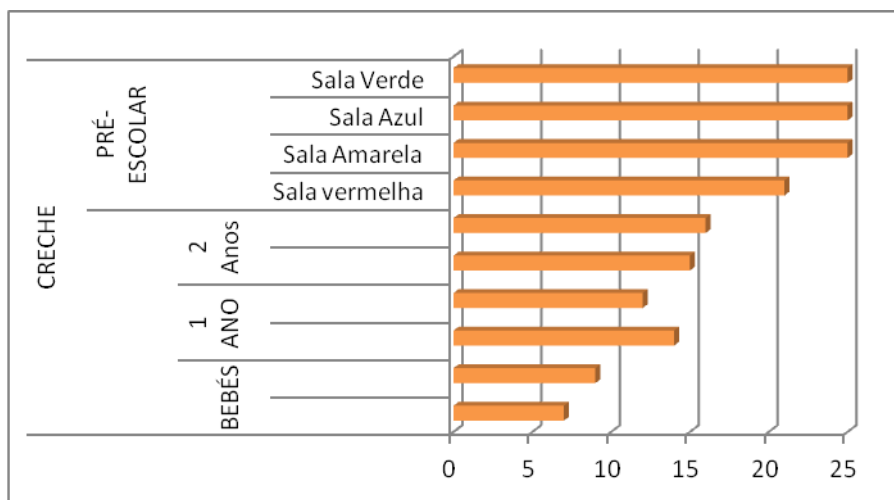
Conselho Geral

O Conselho Geral teve em 2014 como seu Coordenador o Irmão Sr. Dr. Artur Alberto Falcão Lopes Cardoso e reuniu trimestralmente, conforme prevê o Compromisso.

Área Operacional da Educação

Creche e Pré-escolar

As crianças que frequentaram os serviços de Creche e Pré-Escolar da Santa Casa, em dezembro de 2014, estavam distribuídas por valência e sala, nos seguintes moldes:



Para a valência Creche, a Santa Casa tem um Acordo de Cooperação com a Segurança Social para 66 crianças, mas a 31 de dezembro de 2014 frequentavam 73 crianças. Quanto ao pré-escolar, em 31 de dezembro frequentavam a valência 95 crianças, igualando o Acordo de Cooperação.

As atividades desenvolvidas com as crianças durante o ano de 2014 tiveram como ponto de partida o projeto educativo – EDUBRINCAR – e com ele o propósito principal de sensibilizar toda a comunidade para a Missão da Santa Casa – Ser Solidário.

Em 2014 a Santa Casa renovou o Protocolo com a APPACDM que proporcionou o estágio a uma jovem, integrando-a no mundo profissional. Também foi dada continuidade ao

Acordo de Atividade Ocupacional com o Centro de Reabilitação da Granja, proporcionando um estágio na cozinha a uma formanda daquele Centro.

Ao abrigo do Programa Ocupacional para trabalhadores em situação de comprovada carência económica, do Centro de Emprego, foram acolhidos três trabalhadores como Auxiliares de Serviços Gerais.

Esta resposta educativa teve ainda o apoio dos seguintes Técnicos: Psicóloga, Educadora de Ensino Especial, Terapeuta de Fala, Terapeuta Ocupacional, da ELI Gaia e da APPACDM, para oito crianças com deficiência.

Centro de Acolhimento Temporário N.^a Sr.^a da Misericórdia (CAT)

No ano de 2014 foram admitidas 3 crianças e saíram 3 com os seus projetos de vida definidos: duas regressaram para a família biológica e outra para a família alargada. No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos menores por sexo e idade.

	- 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	+ 6 anos	Total
Fem.	2	0	0	2	0	1	0	3	8
Masc.	2	3	1	0	0	0	0	2	8
Total	4	3	1	2	0	1	0	5	16

Apesar da idade limite de acolhimento neste Equipamento ser até aos seis anos, permaneceram durante o ano transato 3 crianças com mais de 6 anos.

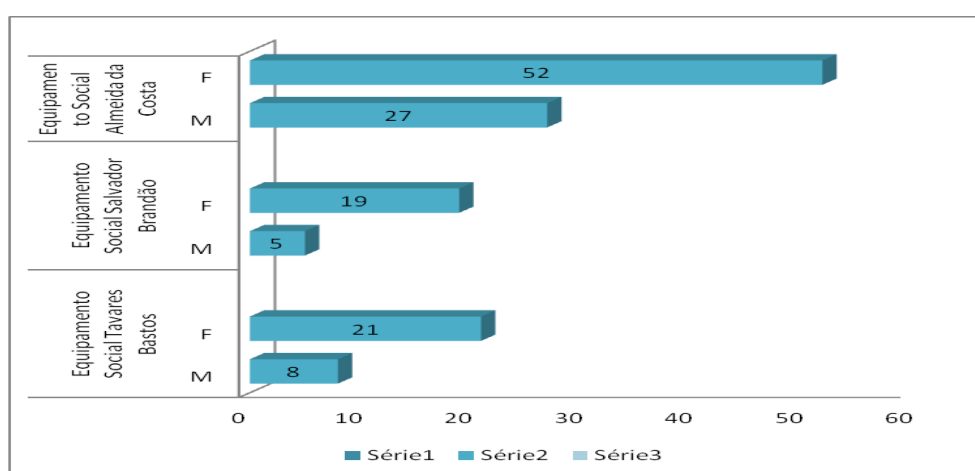
A Santa Casa continua a desenvolver esforços no sentido de ver alargado o Protocolo de Cooperação com a Segurança Social, de 15 para 19 crianças, o que promoverá uma maior rentabilização do Equipamento.

Ao longo do ano, a equipa técnica do CAT desenvolveu uma série de atividades com as crianças, das quais se destacam as saídas ao exterior, participação em iniciativas da Instituição e da sociedade, entre outras. Nunca é de mais realçar o apoio que o CAT tem merecido da comunidade, que o continua a “mimar” com vários tipos de iniciativas e ajudas.

Área Operacional de Intervenção Social

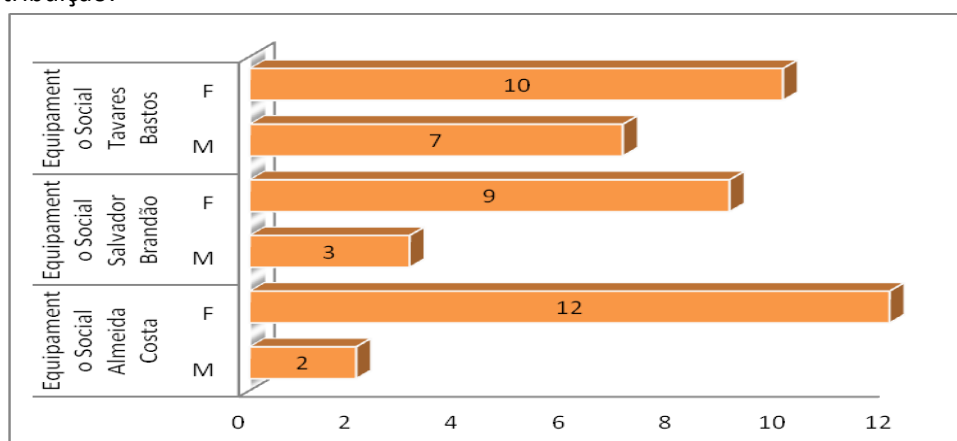
Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas (ERPI)

No ano de 2014 o Serviço de Ação Social deu continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver ao nível do Atendimento e Apoio à Comunidade do Concelho e ao nível do Atendimento a Candidatos à Resposta Social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), tendo sempre presente o enquadramento no sistema de gestão da qualidade assente no referencial EQUASS. Ao longo do 2014 foram formalizadas 149 candidaturas para Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas para os três Equipamentos Sociais de acordo com a seguinte distribuição.



Comparativamente ao ano 2013 verificou-se um ligeiro aumento de candidaturas, tal como se tem vindo a verificar de ano para ano. Em 2013 as candidaturas para ERPI realizadas foram de 127. A lista de espera de candidatos para integração em Estrutura Residencial para Idosos continua extensa verificando-se especial predominância de candidatos em situação de dependência e grande dependência e com quadro de demência.

Em 2014 foram admitidos 43 idosos nos três Equipamentos Sociais com a seguinte distribuição:



Em 2013 o total de admissões para ERPI foi de 21, verificando-se no ano 2014 um aumento significativo ao nível das admissões. É de salientar que do total das admissões no ano 2014 para a resposta Estrutura Residencial,

- 02 foram ocupadas por situações encaminhadas pela Segurança Social para ocupação de vagas de quotas reservadas ao Centro Distrital do Porto, de acordo com o previsto no respetivo Protocolo de Cooperação;
- 04 foram ocupadas por utentes que foram transferidos da Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário para ERPI;
- 13 foram ocupadas por utentes que foram transferidos da Resposta Social Centro de Dia para ERPI;
- 24 admissões foram de candidatos com processo em lista de espera para ERPI.

Serviço de Ação Social

Ao longo de 2014 o Serviço de Ação Social (SAS) continuou a desenvolver as seguintes tarefas:

- Atendimento e apoio à comunidade;
- Articulação com o Grupo de Voluntariado da Creche e Jardim de Infância;
- Empréstimo de ajudas técnicas;
- Controle e gestão do Programa de Emergência Alimentar (PEA).

Internamentos Temporários

No ano de 2014 foi possível atender a quatro pedidos de Internamento Temporário, para descanso de cuidador, o que traduziu-se numa receita de € 2,805 (Dois mil oitocentos e cinco euros). No quadro seguinte é possível verificar os períodos de internamento e em que Equipamento Social se concretizou.

Período de Internamento	Equipamento Social	Valor
12 a 27 de junho	ESSB	637.50 €
08 a 30 de agosto	ESSB	935.00 €
01 a 16 de agosto	ESTB	637.50 €
19 de agosto a 02 de setembro	ESTB	595.00 €
		2,805 €

Estrutura Residencial Conde das Devezas

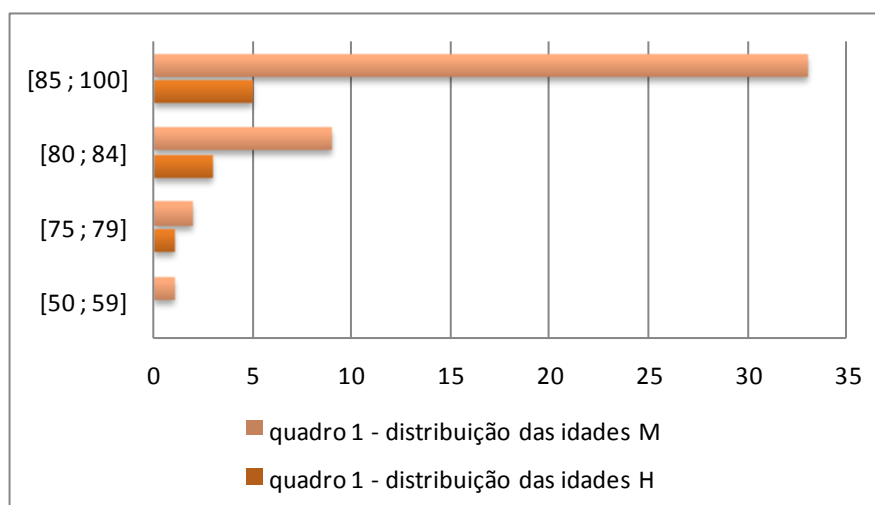
A Estrutura Residencial Conde das Devezas é uma Unidade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, que disponibiliza alojamento e serviços complementares a população sénior que possui um poder aquisitivo distinto.

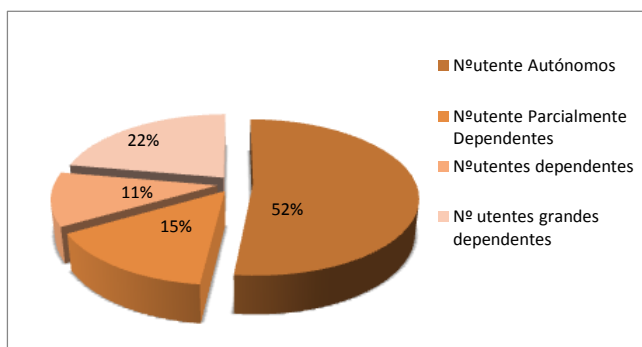
No ano de 2014 verificaram-se diversas alterações no melhoramento dos procedimentos internos desta Unidade. Estes novos procedimentos consistiram na implementação de um processo de qualidade na estrutura residencial, nos ajustes aos procedimentos formais e informais do quadro operacional (Ajudantes de Ação direta), na gestão, organização e distribuição das refeições e no espaço físico interno e externo da Estrutura.

Esta Unidade com 50 apartamentos, em 31 de dezembro de 2014, tinha 54 residentes, apesar de durante o ano ter acolhido 59 seniores. Vagaram 4 apartamentos, resultantes do falecimento dos seus residentes, e só um foi ocupado, situação que exacerbou as consequências ao nível da sustentabilidade da Unidade.

A Estrutura Residencial apresenta uma média de idades superior a 85 anos mas, apesar da idade avançada, a maioria dos residentes é possuidor de um bom grau de autonomia.

Os quadros abaixo, retratam estas realidades:





Com a entrada em funções da nova Mesa Administrativa em dezembro de 2014, esta Unidade viu a suas expectativas renovadas para a resolução de alguns pontos a melhorar, nomeadamente no que se refere à disciplina e à gestão diária para a qual é necessária a cooperação da direção, equipa técnica e operacional.

Programa de Emergência Alimentar

A Misericórdia de Gaia aderiu em 2012 ao Programa de Emergência Alimentar – Rede Solidária de Cantinas Sociais, tendo sido celebrado um Protocolo de Colaboração com o Instituto da Segurança Social / Centro Distrital do Porto (ISS/CDP) no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais.

Subsistindo a necessidade de apoio face à situação financeira das famílias e ao elevado número de desempregados, em 2014 o ISS/CDP renovou esses Protocolos, possibilitando à Misericórdia continuar a disponibilizar refeições aos agregados familiares em dificuldades.

As parcerias estabelecidas pela Misericórdia de Gaia com a Junta de Freguesia de Grijó e com a Junta de Freguesia de Avintes / Fundação Joaquim Oliveira Lopes, no sentido de ser facultado o acesso a refeições gratuitas, através do Equipamento Social Salvador Brandão, a famílias caracterizadas por essas entidades, foram mantidas em 2014. Toda a logística de distribuição alimentar aos beneficiários das duas freguesias está a cargo dessas entidades. No âmbito do Programa de Emergência Alimentar – Rede Solidária de Cantinas Sociais, a Misericórdia dá resposta a residentes nas Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, através do Equipamento Social António Almeida da Costa, e a residentes nas Freguesias de Gulpilhares, Valadares, Canelas, Grijó e Avintes, através do Equipamento Social Salvador Brandão.

Apresentam-se, finalmente, quadros sobre o número de refeições concedidas em 2014, no âmbito do PEA através das 2 cantinas sociais, bem como a comparticipação financeira da segurança social recebida.

Distribuição mensal das refeições concedidas no ano de 2014
Equipamento Social António Almeida da Costa

Meses	Nº refeições concedidas	Comparticipação (em €)
Janeiro	2.967	7.417,50
Fevereiro	2.669	6.672,50
Março	2.889	7.222,50
Abril	2.582	6.455,00
Maio	2.710	6.775,00
Junho	2.745	6.862,50
Julho	2.823	7.057,50
Agosto	2.808	7.020,00
Setembro	2.825	7.062,50
Outubro	2.918	7.295,00
Novembro	3.000	7.500,00
Dezembro	3.074	7.685,00
Total	34.010	85.025,00

Distribuição mensal das refeições concedidas no ano de 2014
Equipamento Social Salvador Brandão

Meses	Nº refeições concedidas	Comparticipação (em €)
Janeiro	2.875	7.187,50
Fevereiro	2.450	6.125,00
Março	2.537	6.342,50
Abril	2.604	6.510,00
Maio	2.798	6.995,00
Junho	2.785	6.962,50
Julho	2.945	7.362,50
Agosto	2.729	6.822,50

Setembro	2.723	6.807,50
Outubro	2.823	7.057,50
Novembro	2.626	6.565,00
Dezembro	2.930	7.325,00
Total	32.825	82.062,50

Notas:

- A comparticipação financeira da segurança social, no que concerne ao funcionamento do PEA, corresponde ao montante unitário de 2,50 € (dois euros e cinquenta cêntimos)
- A comparticipação máxima da segurança social é de 100 refeições diárias x nº de dias do mês, para cada cantina social.

Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)

O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) visa atribuir certificação escolar e profissional a menores a partir dos 15 anos em situação de exploração de trabalho infantil e/ou exclusão social, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória.

No ano de 2014 o PIEF realizou-se na Escola Padre António Luís Moreira, pertencente ao Agrupamento de Escolas dos Carvalhos. O Programa desenvolveu-se num grupo de 15 alunos, dois professores em cada disciplina, coadjuvados com um técnico de intervenção local com formação na área de Serviço Social e que acompanhou, diariamente, os alunos, estabelecendo com eles uma relação de proximidade, afetividade e cumplicidade.

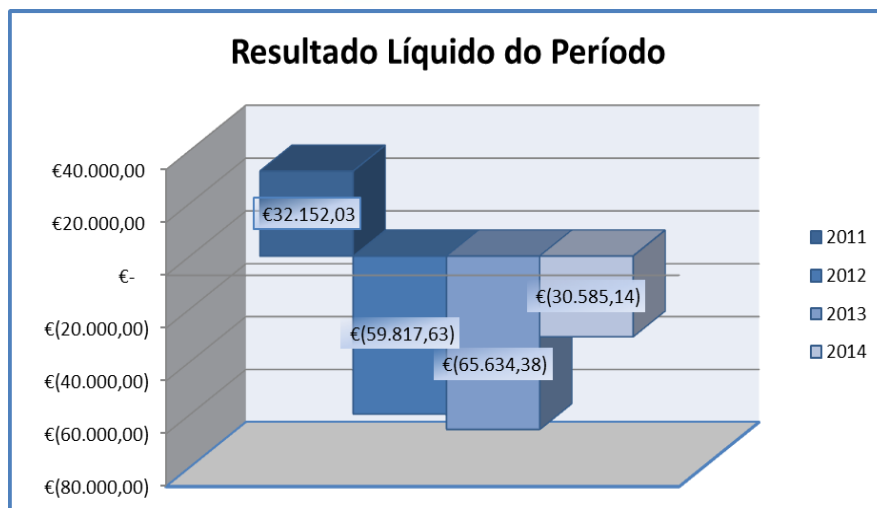
O Protocolo de Compromisso celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia e o Instituto de Segurança Social, IP vigorou até julho, final do ano letivo.

Área Operacional da Saúde

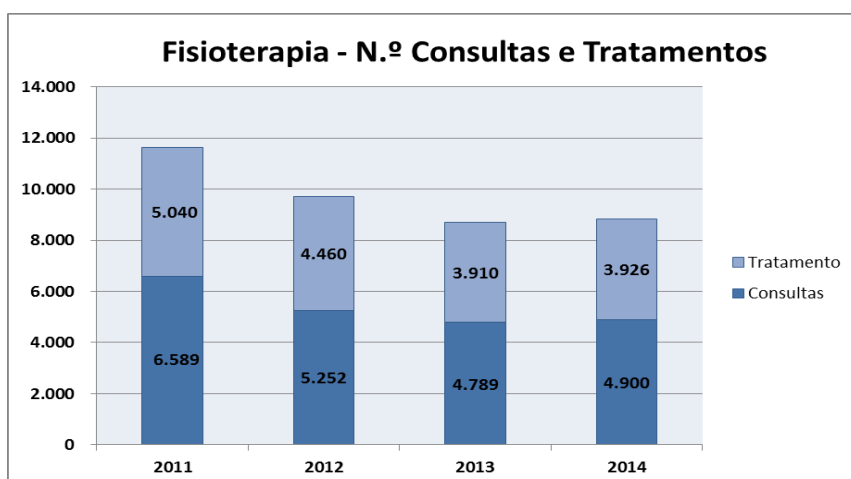
Clínica Fisiátrica

O ano de 2014 traduziu-se, na Clínica Fisiátrica, num exercício de consolidação da nova Direção Clínica, contenção de gastos e na evolução favorável da respetivo volume de negócios, derivado de um maior número de tratamentos/doentes.

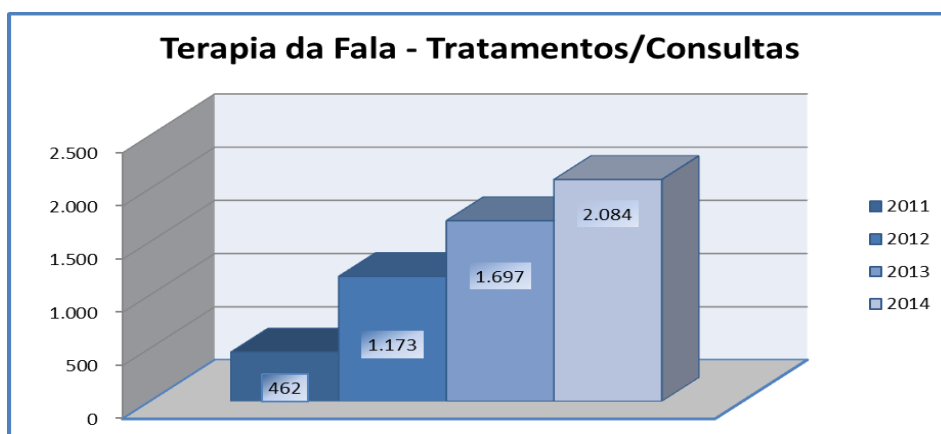
Mesmo tendo conseguido a redução dos gastos e aumento do volume de negócios, o resultado líquido do exercício situou-se num nível negativo, condição que se espera inverter no exercício futuro.



A melhoria do resultado líquido do exercício comparativamente ao ano anterior teve no aumento de consultas e tratamentos um contributo importante quer na valência de Fisioterapia quer na valência de Terapia da Fala. Na Fisioterapia registou-se um aumento das consultas em 2.32% comparativamente ao ano anterior, tendo registado praticamente o mesmo número de tratamentos.



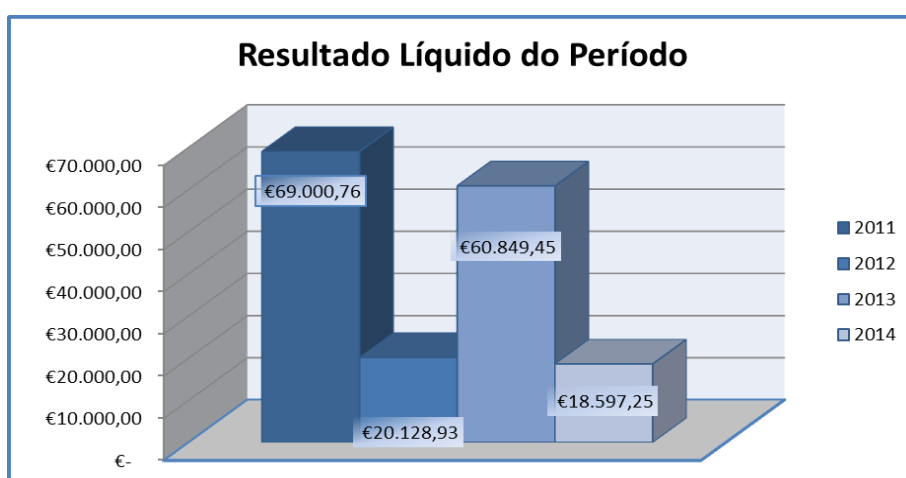
Na valência de Terapia da Fala, o número de consultas/tratamentos aumentou cerca de 23% comparativamente ao ano anterior, continuando o ciclo de crescimento anual que vem registando desde o início desta valência.



Farmácia da Misericórdia de Gaia

O ano de 2014 traduziu-se, na Farmácia da Misericórdia, num exercício de consolidação dos procedimentos que estavam implementados e outros em vias de conclusão, verificando-se, no entanto uma evolução desfavorável do volume de negócios em cerca de 2.6% comparativamente ao ano anterior. Este fator, aliado ao aumento dos gastos com o pessoal e à diminuição da margem bruta de comercialização, contribuiu de forma decisiva para a redução do resultado líquido de exploração, quando comparado com o resultado do ano de 2013.

De acordo com o gráfico seguinte, o nível dos resultados líquidos dos últimos três exercícios económicos é o seguinte:



Concluído o exercício económico de 2014, e tendo por base os indicadores nacionais do sector das farmácias, a Farmácia da Misericórdia apresentou os seguintes indicadores comparativamente aos dados do setor:

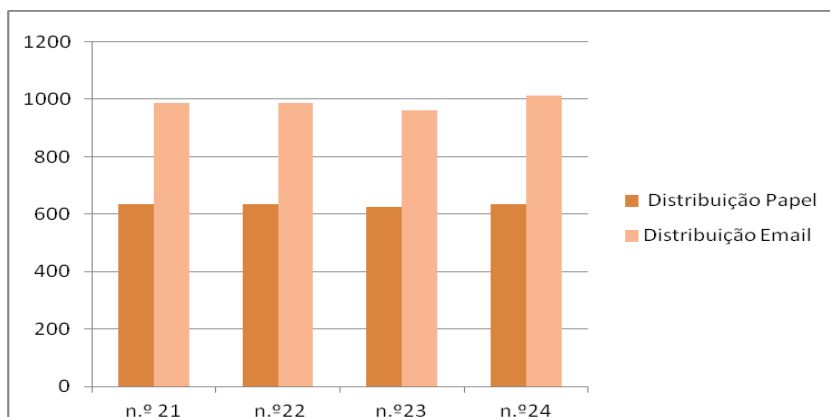
- Resultado Líquido do Exercício: € 18.597,25
- EBITDA: € 31.775,76
- Gastos com Pessoal sobre Volume de Negócios: 19,70%
- Valor do stock/Média Mensal de Vendas: 1.55

Serviço de Comunicação, Imagem e Marketing

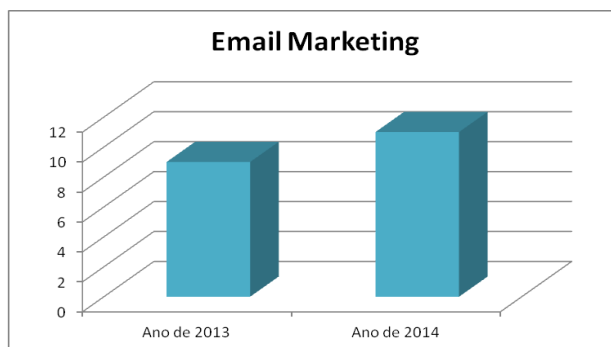
No ano de 2014, o Serviço de Comunicação, Imagem e Marketing da Misericórdia de Gaia editou e publicou as edições da revista Laços de Amor números 21, 22, 23 e 24.

Esta edição trimestral da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia divulga o trabalho desenvolvido e os sucessos atingidos da parte dos colaboradores e dos utentes da

instituição, bem como todas as notícias da Misericórdia e a sua ação na comunidade. Em 2014 continuou a haver o esforço de reduzir o número de impressões em papel e apostar na divulgação da mesma pela via de email marketing.



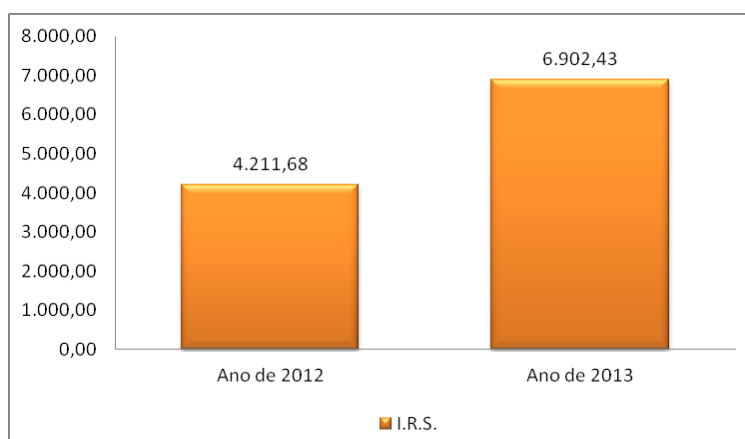
Durante o ano de 2014 o Serviço continuou a apostar com bastante relevo na atualização do **sítio na internet** da instituição – www.scmg.pt - com informação nova e atualizada sobre os diferentes serviços e eventos da Misericórdia. No mesmo ano, o Serviço publicou e atualizou a sua rede social **facebook**, a partir da qual a instituição recebe de imediato o feedback aos acontecimentos publicados, sendo um privilegiado meio de interação e comunicação com a comunidade. A preocupação é de em tempo real dar rápida resposta e enquadramento às frequentes questões e dúvidas que se colocaram, transmitindo, desta forma, uma imagem positiva da instituição; esteve presente nos **eventos** promovidos pela instituição, e fez parte da organização da sua maioria; promoveu no ano transato a assinatura de dois **protocolos** entre a instituição e duas entidades do Município; privilegiou a estratégia de **Email Marketing**, ou seja, sempre que possível optou pelo envio de informação e comunicação da mais diversa ordem junto dos elementos que “constituem” a Misericórdia de Gaia, bem como os seus parceiros e comunidade, através do envio de email.



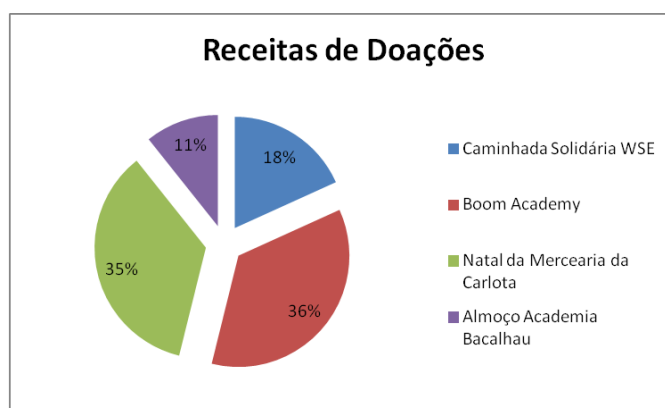
Ao nível da **publicidade** foi colocada em prática todas as formas de propaganda e publicidade da Misericórdia de Gaia, não sendo, por isso, necessário recorrer-se a serviços externos para realizar, nomeadamente, cartazes, panfletos, anúncios publicitários divulgados

nos órgãos de comunicação internos da instituição e respetivos equipamentos/unidades. No que diz respeito à Assessoria de Imprensa e Comunicação estabeleceu-se contacto com os órgãos de comunicação sociais locais e nacionais, através do envio de press releases/comunicados de imprensa a dar conhecimento de todas as iniciativas da instituição, coordenação de entrevistas, elaboração do arquivo de todas as notícias que saem na comunicação social sobre a Misericórdia de Gaia, tendo em conta as limitações do clipping/triagem disponíveis.

O ano de 2014 foi profícuo ao nível de **campanhas e doações**. O Serviço aperfeiçoou as tarefas referentes à elaboração da Campanha da consignação de 0,5% de IRS à Misericórdia de Gaia. Os esforços desenvolvidos têm-se repercutido num aumento considerável do retorno deste tipo de iniciativa. Embora a instituição ainda não esteja na posse dos valores correspondentes a esta campanha de 2014, pode-se traçar numa tendência bastante clara, através da informação apresentada no seguinte gráfico:



Destaca-se ainda algumas campanhas desenvolvidas na comunidade a favor do CAT que foram valorizadas em cerca de € 559,42 (quinhentos e cinquenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos).



Serviço de Qualidade

O projeto de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade segundo o *Modelo EQUASS Assurance de 2012* teve início com a sua apresentação a 2 de abril de 2013 na sede da Santa Casa da Misericórdia de Braga. Este projeto, desenvolvido com o apoio de parceria da empresa Sinase, através do consultor Dr. Márcio Rodrigues, consistiu em formação e consultoria na implementação e certificação do Sistema de Gestão da Qualidade. Inicialmente definido para ter a duração de um ano e com a previsão para terminar em maio de 2014, na reunião da União das Misericórdias a 11 de março de 2014, foi analisado o ponto de situação do trabalho até então desenvolvido pelas Misericórdias inseridas neste projeto, tendo sido decidido alargar o prazo para 13 de outubro de 2014.

O ano 2014 foi de encerramento da definição do Sistema de Gestão da Qualidade.

Âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade EQUASS Assurance

Considerando que o valor da Certificação é independente do número de respostas sociais a certificar, vantagem oferecida no Acordo entre a União das Misericórdias e a Associação Portuguesa para a Qualidade, a Misericórdia de Gaia optou pela implementação do Sistema de Gestão da Qualidade simultaneamente em todas as suas respostas sociais. Conforme a tabela o demonstra.

	Resposta Social	Nº
Estrutura Residencial Conde das Devesas	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	1
Equipamento Social António Almeida Costa	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	1
	Centro de Dia	1
	Apoio Domiciliário	1
Equipamento Social José Tavares Bastos	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	1
	Centro de Dia	1
	Apoio Domiciliário	1
Equipamento Social Salvador Brandão	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	1
	Centro de Dia	1
	Apoio Domiciliário	1
Creche e Jardim de Infância D. Emília de Jesus Costa	Creche	1
	Pré-escolar	1
Centro de Acolhimento N.º Sr.ª Misericórdia	Centro de Acolhimento	1

Execução do projeto

O desenvolvimento deste projeto seguiu um formato de formação/ação. Permitiu, assim, dar formação sobre o referencial *EQUASS Assurance* à Equipa da Qualidade e a todos os responsáveis envolvidos no Sistema de Gestão da Qualidade e, em simultâneo, elaborar a documentação exigida neste referencial, bem como a sua implementação. Todo o trabalho que daqui resultou tem ainda que continuar, agora internamente, até à sua completa implementação e consolidação.

Património Imóvel

Durante o ano realizaram-se 14 novos arrendamentos, dos quais 11 foram habitacionais e 3 comerciais.

Neste movimento, houve sempre a intervenção dos serviços técnicos para a elaboração do relatório de vistoria do espaço a arrendar, ou para a supervisão do desempenho do setor de conservação, manutenção e património. Ainda no decurso do ano de 2014, ocorreram 20 denúncias de contratos de arrendamento em vigor, 17 dos quais habitacionais e 3 comerciais. Nos últimos 5 anos, a média de celebração de novos contratos de arrendamento é de cerca de 16 contratos, pelo que, em 2014 estivemos ligeiramente abaixo desta média. Quanto às denúncias de contratos de arrendamento, a média anual é de cerca de 20 contratos, pelo que, o ano de 2014 manteve-se nesse patamar.

O património imobiliário é uma das principais fontes de rendimento da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia. Nos últimos anos, o decréscimo do rendimento proveniente dos arrendamentos comerciais tem seguramente uma forte explicação na conjuntura económica que o país vem a atravessar, mas no ano de 2014 um dos principais inquilinos da Instituição - MUNDAUTO - que tinha entrado em processo de insolvência em 2013, procedeu no final desse mesmo ano à entrega das instalações que estão atualmente a ser objeto de estudo para uma rentabilização distinta.

		2010		2011		2012		2013		2014	
Novos Arrendamentos	Habitacional	12	15	10	11	18	18	19	23	11	14
	Comercial	3		1		0		4		3	
Denúncia de Arrendamentos	Habitacional	20		22		19		13	18	17	20
	Comercial							5		3	

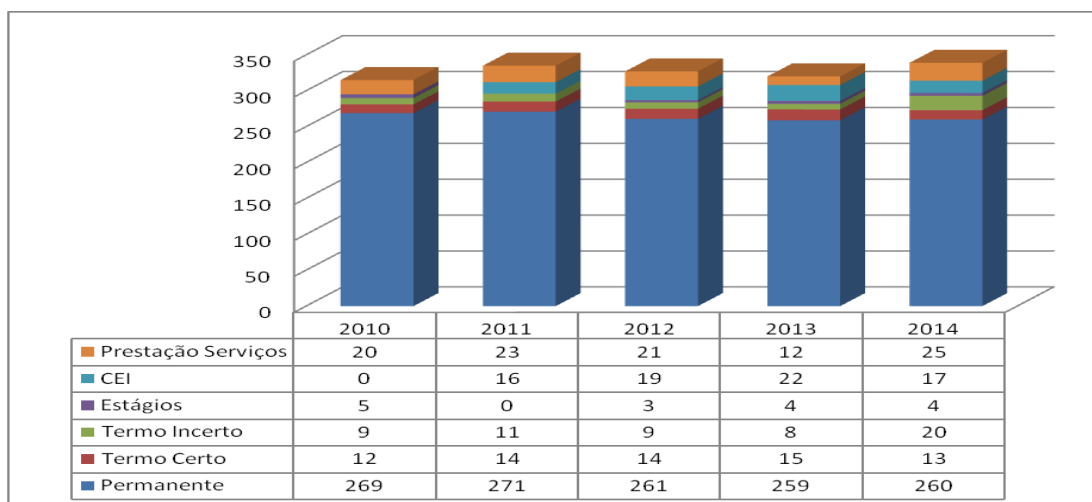


Serviço de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho

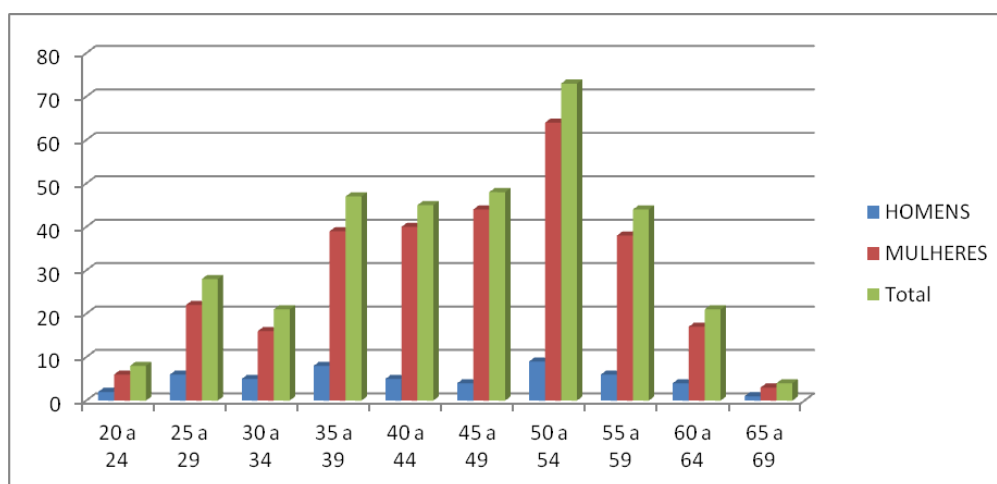
Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2014, o quadro de recursos humanos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia era constituído por 339 elementos, dos quais 260 com contrato Permanente, 13 em regime de contrato de trabalho a Termo Certo, 20 em regime de contrato de trabalho a Termo Incerto, 4 em regime de contrato de Estágio Profissional, 17 em regime de contrato Emprego Inserção e 25 em regime de Prestação de Serviços, conforme quadro seguinte.

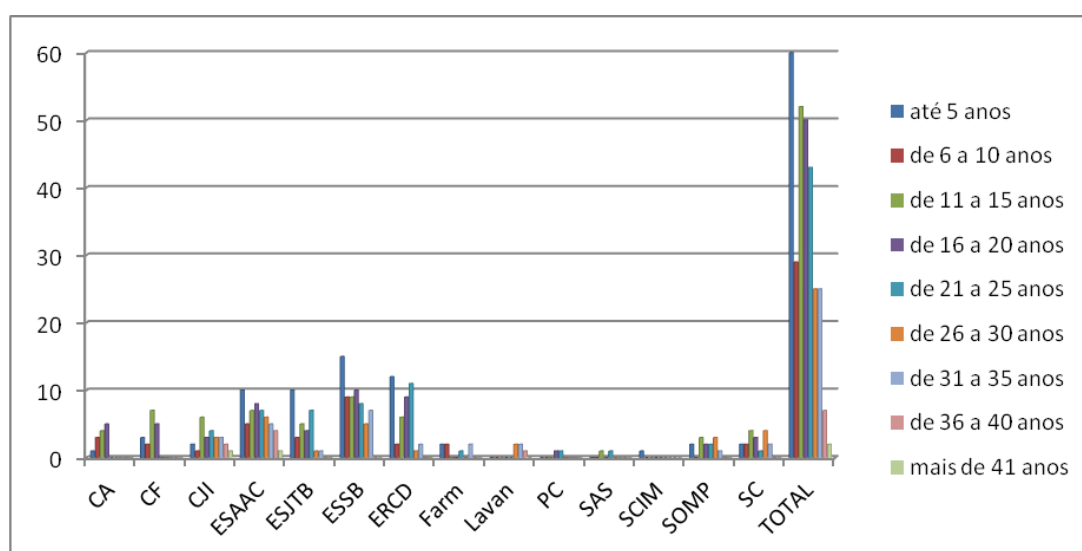
Durante o ano de 2014, o número de contratos em regime de Termo Incerto teve um aumento significativo.



No que diz respeito aos grupos etários, o atual quadro de pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia apresenta a seguinte configuração:



Em 31 de dezembro de 2014 a Misericórdia Gaia tinha ao serviço 293 trabalhadores dependentes (TCO), distribuídos pelos seguintes escalões de antiguidade nos diversos estabelecimentos:



A maior parte dos colaboradores tem menos de 5 anos de casa, pelo facto de terem sido contratados para substituir e colmatar ausências temporárias.

É ainda de realçar um elevado número de colaboradores no intervalo dos 11 aos 15 anos de antiguidade, o que corresponde ao período de expansão dos serviços na história desta Santa Casa.

Serviço de Voluntariado

Em 2014 comemorou-se o 25.º aniversário do Serviço de Voluntariado da Misericórdia de Gaia, fundado em 1 de julho de 1989. Procedeu-se à revisão do Regulamento Interno do Serviço de Voluntariado e da ficha de candidatura, assim como à implementação do Compromisso de Voluntariado.

Em 31 de dezembro de 2014 o Serviço de Voluntariado da Misericórdia de Gaia integrava 42 voluntários, assim distribuídos:

<i>Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas</i>		<i>Infância</i>	
Equipamento Social Almeida Costa	15	Creche e Jardim de Infância	6
Equipamento Social Salvador Brandão	8	Centro de Acolhimento	7
Equipamento Social Tavares Bastos	4		
Estrutura Residencial Conde das Devezas	2		
Total	29	Total	13

Registou-se a saída de um número significativo de Voluntários na sua maioria por razões pessoais e de saúde. Por outro lado, também foram anuladas inscrições de Voluntários que mantinham a sua atividade suspensa há muito tempo e que não manifestaram disponibilidade em retomar o compromisso com caráter regular. Estes fatores são também o reflexo da idade dos nossos voluntários, sentindo-se a necessidade de renovar o voluntariado com pessoas mais novas.

Apresenta-se de seguida algumas notas sobre a realidade do Voluntariado em 2014, nesta Santa Casa.

- A Misericórdia manteve a colaboração/cooperação com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) e com a Faculdade de Belas Artes (FBA) do Porto, na perspetiva do acolhimento de estudantes interessados e disponíveis para o exercício de Voluntariado nas unidades sociais.
- No âmbito do PROJECTO FEUP +, o Centro de Acolhimento N.º Sra. da Misericórdia integrou no ano letivo 2013/2014 uma estudante do 3.º ano de Bioengenharia, facultando-lhe a oportunidade de colaborar nas atividades lúdicas com as crianças e no acompanhamento às aulas de natação.

- Através do Protocolo com a FBA, no ano letivo 2013/2014, foi integrada uma estudante no projeto “Tears of Hope”, projeto desenvolvido pela Psicóloga dos Equipamentos Sociais da Misericórdia, no âmbito do recurso à expressão artística como estratégia terapêutica para um grupo de doentes de Alzheimer, com demência em fase inicial e fase moderada.
- Também a partir de julho, e por um período de seis meses, contámos com a colaboração voluntária de uma jovem designer a realizar doutoramento sobre a contribuição do Design de Comunicação na facilitação da interação com pessoas com demência, tendo integrado o projeto “Tears of Hope”, desenvolvendo atividades com os utentes.

Esta experiência de interação dos estudantes universitários com a instituição tem decorrido de uma forma muito positiva e espera-se que esta cooperação seja reforçada, pois o contacto com diferentes contextos e realidades pode contribuir para o enriquecimento pessoal destes jovens e para a aquisição de valores de solidariedade, cooperação, gratuidade, responsabilidade e compromisso.

- Procedeu-se em 2014 à revisão do Regulamento do Serviço de Voluntariado e dos impressos referentes à candidatura a voluntário e à implementação do Compromisso de Voluntariado. No dia 5 de dezembro - Dia Internacional do Voluntariado – no Salão Nobre da Misericórdia, teve lugar uma sessão de apresentação e divulgação do novo Regulamento Interno, seguida de uma apresentação audiovisual sobre a comemoração do 25.º aniversário. Este foi igualmente o momento para a Sra. D. Maria Augusta Ferraz, Assessora para o Voluntariado e Voluntária do Equipamento Social António Almeida Costa, anunciar o seu afastamento e despedir-se dos Voluntários com quem conviveu ao longo de 25 anos.
- Por fim, é nosso dever expressar a nossa profunda gratidão e sentida homenagem à Voluntária falecida D. Luiza Fernanda Martin y Palácios, Voluntária no Lar Almeida Costa desde Março de 1989, que faleceu no dia 27 de Outubro de 2014. A sua maneira de ser cordial, discreta e reservada transmitia paz e serenidade aos utentes. Sentia-se bem junto dos doentes e era nas enfermarias do Lar que ajudava nas tarefas de alimentação aos idosos mais dependentes.

Arquivo e Centro de Documentação

Os trabalhos de inventariação dos livros foram concluídos ao longo do ano de 2014. Deste acervo fizeram parte os volumes recuperados no edifício onde funcionou o projeto “Contrato Social de Desenvolvimento Local” (CLDS), os volumes oferecidos pela família do Sr. António Amendoeira e ainda os volumes existentes na sede da Instituição. No total foram inventariados e integrados em base de dados cerca de 3752 registos. Esta ação foi elaborada na observância das práticas e normas decorrentes da organização de bibliotecas, tendo em conta a descrição funcional temática através da Classificação Decimal Universal e ISO’s subjacentes.

Foram contactadas variadas empresas para apresentarem orçamento para mobiliário da Sala da Biblioteca do Arquivo e Centro de Documentação, permitindo finalizar a organização da mesma no que diz respeito à subdivisão física de temas, tendo em conta opções de design interativo que melhor se adaptam a um serviço de informação de carácter geral para o utilizador.

Após a celebração do protocolo entre a Misericórdia e Câmara de Gaia – Divisão Municipal de Arquivo – Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner Andersen, procedeu-se à investigação do estado do arquivo histórico, suas necessidades de conservação, investigação das técnicas de trabalho que melhor orientassem a missão de recuperação, revalorização e disponibilização do acervo histórico. Desta forma foram testadas ferramentas no âmbito da preservação digital, descrição e forma de disponibilização. Foram adquiridos equipamentos de apoio à operacionalização.

Os mesmos trabalhos continuam em desenvolvimento segundo os considerandos da autoridade arquivística nacional DGLAB/DGARQ – ADP (Arquivo Distrital do Porto), e da assessoria técnica do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner Andersen.

O levantamento das massas documentais permitiu a identificação de fundos documentais que assentam sobretudo no arquivo familiar de beneméritos, no arquivo adquirido de outras instituições/Direções-gerais extintas e ainda o próprio arquivo histórico da instituição.

Procedeu-se à abertura de um concurso público para “Aquisição de Mobiliário de Arquivo” para mobilar a Sala de depósito do Arquivo segundo a conveniência das necessidades decorrentes da preservação e organização do acervo documental.

Paralelamente iniciaram-se trabalhos de desenvolvimento de um circuito de gestão integrada de documentos considerando a necessidade inerente à sua produção, tempo de vigência ativo e por fim arquivo definitivo / eliminação.

Parcerias e Protocolos

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia manteve a sua disponibilidade para colaborar com outras Entidades, no sentido da solidariedade e do bem comum, e que se traduziu na manutenção dos seguintes protocolos e parcerias:

- Com o Rotary Club de Vila Nova de Gaia, na Gestão do Banco de Material para Doentes;
- Com o Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão de Mafamude, para o fornecimento de refeições;
- Com a NOVO FUTURO – Associação de Lares para Crianças e Jovens, através do arrendamento em condições sociais especiais de 5 casas no Bairro da Rua Mouzinho de Albuquerque, nesta cidade;
- Com a Associação Portuguesa de Fibrose Quística, através da cedência gratuita de uma casa na referida Rua Mouzinho de Albuquerque;
- Com a AME – Associação Mutualista dos Engenheiros, mediante a assinatura de dois Protocolos de Acordo: um que prevê o desconto de 10% sobre os valores a pagar pelos Associados da AME e membros do seu agregado familiar na Farmácia da Misericórdia; outro através da Clínica Fisiátrica da Misericórdia de Gaia, que disponibiliza uma tabela de preços preferencial aos Associados da AME e respetivos familiares;
- Com o Montepio Geral – Associação Mutualista para a prestação de serviços aos seus Associados na área da saúde, no âmbito e através das atividades desenvolvidas na Farmácia da Misericórdia, concedendo um desconto de 10% sobre todos os produtos e serviços faturados e, desconto de 10% sobre a Tabela de preços praticada na Clínica Fisiátrica da Misericórdia de Gaia;
- Com a Cercigaia – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, através da celebração de um Protocolo, visando a gestão de cadeiras de rodas e outro material paramédico que integra o Banco de Material para Deficientes;
- Programa de Apoio e Qualificação do PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação, que visa a promoção de respostas na área da inclusão social com vista a prevenir e combater as situações indiciadas e ou sinalizadas de crianças e jovens em risco de exclusão social. A Gestão do Programa é da responsabilidade do ISS, I.P. em articulação com os seus serviços distritais. A Santa Casa como entidade beneficiária do financiamento, na época escolar 2013/2014, só a Escola EB 2/3 Padre António Luís Moreira, em Pedroso é que foi contemplada com o Programa.

- Com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o que nos permitiu durante o ano 2014 ter a colaboração de 16 Colaboradores ao abrigo do Programa Emprego Inserção +, distribuídos da seguinte forma:

- ✚ Equipamento Social Salvador Brandão – 3 colaboradoras CEI + e 1 colaborador CEI + para pessoas com Deficiência;
- ✚ Equipamento Social António Almeida Costa – 2 colaboradoras CEI +;
- ✚ Equipamento Social Residencial Conde das Devezas – 1 colaboradoras CEI +;
- ✚ Equipamento Social José Tavares Bastos – 3 colaboradoras CEI +;
- ✚ Creche e Jardim de Infância D. Emília de Jesus Costa – 3 colaboradoras CEI +;
- ✚ Centro de Acolhimento N. Sr.^a da Misericórdias – 2 colaboradoras CEI +;
- ✚ Serviços Centrais - 1 colaborador CEI + para pessoas com Deficiência;

Protocolo de Desenvolvimento Estratégico com a Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, no âmbito de um programa piloto de recurso à expressão artística, pela participação de estudantes do Primeiro Ciclo em Artes Plásticas, como estratégia terapêutica para um grupo de doentes de Alzheimer, com demência em fase inicial e fase moderada.

No ano de 2014 procedeu-se à assinatura dos seguintes protocolos:

- Protocolo de Comodado com a ARS e a Liga Portuguesa Contra o Cancro para a realização do Programa de Rastreio do Cancro da Mama na Região Norte. A Santa Casa disponibiliza, gratuitamente, as instalações do antigo Gabinete Médico da Medicina do Trabalho, sitas nas traseiras do edifício Sede, para a instalação de uma unidade física de mamografia e que se consubstancia na realização de mamografias a todas as mulheres assintomáticas com idades compreendidas entre os 45 e 69 anos de idade, inscritas nos Centros de Saúde ou Unidades de Saúde Familiar da Região Norte;
- Protocolo com a Liga de Amigos do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e que se traduz na cedência de ajudas técnicas por parte da Santa Casa a pessoas carenciadas que recorrem à Liga dos Amigos do Centro Hospitalar;
- Protocolo de Cooperação entre a Santa Casa e o Município de Vila Nova de Gaia, para a comparticipação financeira para obras e equipamento do Centro de Acolhimento Temporário N.^a Sr.^a da Misericórdia;
- Protocolo de Acordo de Colaboração entre o Município de Vila Nova de Gaia e a Santa Casa, para apoio do Arquivo Municipal à organização do Arquivo da Misericórdia;
- Protocolo de Cooperação entre o Município de Vila Nova de Gaia e a Santa Casa de Vila Nova de Gaia, para a organização e funcionamento do projeto educativo Academia

Sénior de Gaia, direcionado à ocupação dos tempos livres de pessoas que se encontram em situação de reforma ou pré-reforma;

- Protocolo de Cooperação entre o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho, EPE e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, para a inumação de cadáveres não reclamados;
- Protocolo de Parceria entre o Wall Street English e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, que permite aos Órgãos Sociais, Utentes, Colaboradores e Familiares a partir dos 17 anos, realizar um curso de Inglês em qualquer um dos Centros Wall Street English a nível nacional, beneficiando de condições especiais;
- Protocolo de Colaboração entre o ISCAP e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, que estabelece as formas de cooperação entre ambas as Instituições;
- Protocolo de Colaboração entre a Escola Superior de Educação e a Santa Casa de Vila Nova de Gaia, para a realização de estágios da Licenciatura em Educação Social.

Ao longo do ano foi possível proporcionar alguns estágios:

- ✚ Na Creche e Jardim de Infância, um estágio de Auxiliar de Ação Educativa;
- ✚ No Equipamento Salvador Brandão, um estágio de Assistente Social;
- ✚ Na Farmácia, um estágio de Farmacêutica;
- ✚ Afeto a todos os Equipamentos, um Psicólogo
- Realçamos ainda a concretização de uma parceria informar entre esta Santa Casa e o Portal Decor Solidário que consistiu na elaboração de um projeto para o espaço, pintura de paredes, cortinado novo e estufagem das mesas e cadeiras existentes, assim como estão previstos ainda chegarem ao equipamento alguns elementos decorativos. Esta parceria teve como principal objetivo proporcionar aos utentes do equipamento um espaço mais agradável e confortável para as suas refeições.

Religião e Culto

Conforme prevê o nosso Compromisso, a Santa Casa assegurou a manutenção das Capelanias nos Lares Salvador Brandão, António Almeida Costa, José Tavares Bastos e Residencial Conde das Devezas, as quais prestaram ao longo do ano a assistência espiritual e religiosa aos utentes, e celebraram missas por alma das pessoas indicadas nos testamentos e doações que são feitas à Misericórdia.

Na Creche e Jardim de Infância, foram como habitualmente realizadas celebrações adequadas às idades das crianças, pela Páscoa e pelo Natal.

Eventos Culturais

85.º Aniversário

Comemorou-se o 85.º Aniversário da fundação da nossa Irmandade, no dia 26 de junho, com uma Celebração Eucarística, no Pavilhão Joaquim de Oliveira Lopes, presidida por Sua Excelência Reverendíssima D. João Lavrador; uma Sessão Solene marcada por vários momentos: a apresentação do Livro *“As Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição – 50 Anos ao Serviço da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia”*, da autoria do Irmão Senhor Luís Marques Gomes; Homenagem aos Bombeiros Voluntários e Sapadores de Vila Nova de Gaia; Homenagem aos Colaboradores que celebraram 25 anos de Santa Casa e aos que se aposentaram; Apresentação de Novos Voluntários; Entronização de novos Irmãos e terminou com a palavra do Provedor, seguida de um Porto de Honra.

Dia da Padroeira

A exemplo do que aconteceu nos anos anteriores, a nossa Misericórdia celebrou no dia 18 de maio de 2014, o Dia de N.ª Sr.ª. da Misericórdia, com um Cortejo Litúrgico que saiu da Capela do Senhor do Palheirinho, rumo à Igreja Paroquial de Avintes, onde foi celebrada uma Eucaristia de Ação de Graças pela vida e obra desta Instituição.

Outros Eventos

De entre os vários eventos ocorridos durante o ano, destacamos os seguintes:

- A presença da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia no 1.º Congresso das IPSS da Madeira e que culminou na Assinatura de Protocolo de Geminação entre a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia e a Santa Casa da Misericórdia da Calheta;
- A celebração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, no dia 15 de abril, subordinado ao tema “Lugares de Memória” e que contou com a

prestimosa colaboração do Professor Gonçalves Guimarães e do Escritor e Irmão da Santa Casa, Fernando Correia.

- A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia voltou a integrar a Comissão Executiva que organizou o evento de turismo Boeira Portugal in a Bottle, que se realizou na Quinta da Boeira – Arte e Cultura, em Vila Nova de Gaia e, de maio a setembro de 2014, esteve presente com um stand onde estiveram expostos diversos artigos, nomeadamente produtos regionais de outras Misericórdias do País.
- A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia esteve presente no Congresso Nacional das Misericórdias que decorreu em Évora;
- Inauguração da VIA DA MISERICÓRDIA a 1 de agosto;
- O lançamento do Livro “António Almeida da Costa – Industrial Humanista Filantropo”, da autoria do Irmão Fernando António da Silva Correia, no dia 29 de novembro no Salão Nobre da Santa Casa. A apresentação da obra esteve a cargo do Exmo. Sr. Prof. Dr. Joaquim António Gonçalves Guimarães;
- Homenagem a D. Manuel Martins, Bispo Emérito de Setúbal e entrega de Diploma de Irmão Honorário da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia;
- Ato de Posse dos Corpos Gerentes 2015/2018, que decorreu no Salão Nobre da Santa Casa e contou com a presença de diversas entidades, a destacar, Sua Excelência Reverendíssima D. João Lavrador, em representação de Sua Excelência Reverendíssima D. António Francisco dos Santos, Bispo do Porto; Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Presidente da União das Misericórdias Portuguesas e Diretora Adjunta do Centro Distrital do Porto da Segurança Social.

Legados e Doações

Durante o ano de 2014, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia foi instituída única e universal herdeira do Senhor Coronel José Bernardo Zeferino, residente que foi da Estrutura Residencial Conde das Devezas.

Tombo dos Irmãos

Admissões

Durante o ano 2014, foram admitidos 15 Irmãos, a saber:

1. Afonso Alberto Dias Pereira
2. Albino Jorge Silva Sousa
3. Carlos Manuel Preguiça Fragão
4. Eduardo Vitor Almeida Rodrigues
5. Fernando Guimarães Correia
6. Fernando Jorge da Silva Moraes
7. Filipe José da Silva Rodrigues
8. José Almeida Nora
9. José Rocha Purificação
10. Manuel Carlos Gonçalves
11. Manuel Joaquim Oliveira Pinto Hespagnol
12. Maria da Luz Cruz Ferreira Fragão
13. Maria Fernanda Alves Gonçalves
14. Maria Helena Cardoso Rebelo Valente Nora
15. Mário Carlos Sousa Gonçalves

Desistências e falecimentos de Irmãos

Durante o ano 2014 procedemos à atualização do tombo dos Irmãos, tendo recebido comunicações a solicitar a desistência de 97 Irmãos, e tomámos conhecimento do falecimento de 17 Irmãos, dos quais destacamos:

- Irmão Eng.º António Augusto de Sá Carvalho Pacheco
- Irmão General António Elísio Capelo Pires Veloso
- Irmã D. Adozinda de Jesus Anes Reis
- Irmão José Rangel da Costa
- Irmã D. Maria Luísa Pinto Rasteiro Ralha

Irmãos Honorários

Até final do ano de 2014, os Irmãos Honorários da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia eram:

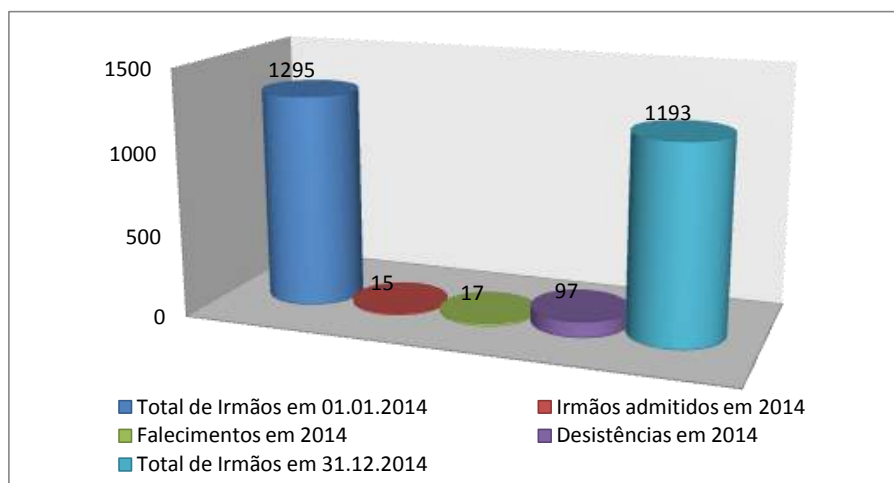
1. Prof. Manuel Pires Veloso
2. Amândio Pereira de Matos
3. Dr. António José Rebôlho Lapa
4. Rui Pinto Aguiar
5. Francisco António Marques Silva
6. Joaquim Lima Moreira Vaz
7. Dr. Alberto Sousa Valente
8. Ex.ª Revm.ª Senhor D. Armindo Lopes Coelho, Bispo do Porto
9. Dr. Artur Alberto Falcão Lopes Cardoso
10. Sua Santidade o Papa Bento XVI
11. Ex.ª Revm.ª Senhor D. Manuel Clemente, Bispo do Porto
12. Ex.ª Revm.ª Senhor D. Manuel da Silva Martins

Irmãos Beneméritos

Até final do ano de 2013, os Irmãos Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia eram:

1. Câmara Municipal de V. N. Gaia
2. Rotary Club de V. N. Gaia
3. Dr.ª Alice Alvim Pena e seu marido Senhor Eduardo Gonçalves Teixeira
4. D. Ana Emília Fernandes Paulino Ferreira
5. D. Maria Manuela Carvalho Sadio
6. Dr.ª Maria Eduarda Figueiras Pinto Ribeiro
7. D. Alda Conceição Oliveira Sousa
8. Coronel José Bernardo Zeferino (a título póstumo)

Movimento de Irmãos em 2014



Notas Finais

A Mesa Administrativa reitera os agradecimentos já expressos pelo Sr. Provedor a todas as Entidades que, pelas mais variadas formas, colaboraram com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Finalmente, a Mesa Administrativa gostaria de expressar a sua gratidão a todos os colaboradores da Instituição que, sendo o recurso mais valioso desta Santa Casa, demonstraram uma notável flexibilidade, espírito de sacrifício e dedicação, cujos esforços se encontram claramente na base dos resultados atingidos durante o ano que agora findou.

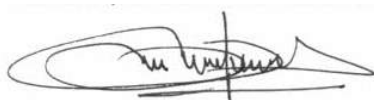
Vila Nova de Gaia, 04 de março de 2015



Artur Almeida Leite, Provedor



António Carlos Almeida Teixeira, Dr., Vice-Provedor



Luís Marques Gomes, Tesoureiro



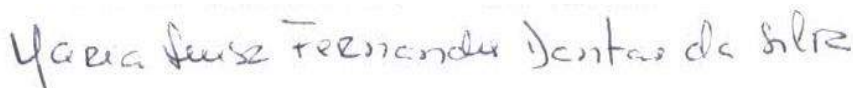
Joaquim Eduardo Sousa Gonçalves Sá, Dr., Secretário



José Carlos Filipe Ramos, Dr., Mesário



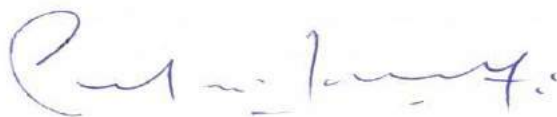
Inácia Glória Moreira Martins Barbosa Leão, Dr.ª, Mesária



Maria Luísa Fernandes Dantas da Silva, Dr.ª, Mesária



José Urbano Soares, Dr., Mesário



Mário Rui Figueira de Campos Fontemanha, Dr., Mesário



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2014

Índice

Balanço	43
Demonstração dos Resultados por Natureza	44
Demonstração dos Resultados por Valência	45
Demonstração dos Fluxos de Caixa	51
Anexo	52
1. Identificação da Entidade	52
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	52
3. Principais Políticas Contabilísticas	53
3.1. Bases de Apresentação	53
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	54
4. Ativos Fixos Tangíveis	61
5. Ativos Intangíveis	62
6. Bens do património histórico, artístico e cultural	63
7. Locações	63
8. Custos de Empréstimos Obtidos	64
9. Inventários	65
10. Rédito	65
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	65
12. Subsídios, doações e legados à exploração	66
13. Benefícios dos empregados	66
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	67
15. Outras Informações	67
15.1. Investimentos Financeiros	67
15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	67
15.3. Clientes e Utentes	68
15.4. Outras contas a receber	68
15.5. Diferimentos	69
15.6. Caixa e Depósitos Bancários	69

15.7.	Fundos Patrimoniais	69
15.8.	Fornecedores	70
15.9.	Estado e Outros Entes Públicos	70
15.10.	Outras Contas a Pagar	70
15.11.	Fornecimentos e serviços externos	71
15.12.	Outros rendimentos e ganhos	71
15.13.	Outros gastos e perdas	72
15.14.	Resultados Financeiros	72
15.15.	Acontecimentos após data de Balanço	72

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2014	31-12-2013
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	10.720.351,91	11.059.461,02	
Bens do património histórico e cultural	6	52.097,19	51.211,59	
Propriedades de investimento		-	-	
Ativos intangíveis	5	6.024,54	6.458,44	
Investimentos financeiros	15.1	16.600,68	15.130,67	
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-	
Subtotal		10.795.074,32	11.132.261,72	
Ativo corrente				
Inventários	9	210.726,49	221.581,27	
Clientes	15.3	183.366,33	240.366,03	
Adiantamentos a fornecedores		602,70	-	
Estado e outros Entes Públicos		-	-	
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	15.2	47.432,83	49.811,63	
Outras contas a receber	15.4	85.151,47	142.999,37	
Diferimentos	15.5	210,65	3.963,20	
Outros Ativos financeiros		-	-	
Caixa e depósitos bancários	15.6	1.289.923,83	762.096,44	
Subtotal		1.817.414,30	1.420.817,94	
Total do Ativo		12,612,488.62	12,553,079.66	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	15.7	3.588.634,24	3.588.634,24	
Excedentes técnicos		-	-	
Reservas	15.7	3.835.274,03	3.835.274,03	
Resultados transitados	15.7	163.036,31	(25.754,00)	
Excedentes de revalorização		-	-	
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.7	2.655.208,09	2.096.751,17	
Resultado Líquido do período		75.116,84	188.790,31	
Total do fundo de capital		10,317,269.51	9,683,695.75	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	11	20.000,00	20.000,00	
Provisões específicas		-	-	
Financiamentos obtidos	7/8	101.005,14	289.947,12	
Outras contas a pagar	15.10	17.079,67	54.369,93	
Subtotal		138.084,81	364.317,05	
Passivo corrente				
Fornecedores	15.8	475.917,57	580.556,44	
Adiantamentos de clientes		-	-	
Estado e outros Entes Públicos	15.9	103.098,09	99.198,50	
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-	
Financiamentos obtidos	7/8	37.282,18	92.817,70	
Diferimentos	15.5	724.877,41	899.417,32	
Outras contas a pagar	15.10	815.959,05	833.076,90	
Outros passivos financeiros		-	-	
Subtotal		2.157.134,30	2.505.066,86	
Total do passivo		2,295,219.11	2,869,383.91	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		12,612,488.62	12,553,079.66	

Vila Nova de Gaia, 04 de março de 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

[Assinatura]

MESA ADMINISTRATIVA

[Assinaturas e rubricas da Mesa Administrativa]

Demonstração dos Resultados por Natureza

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	10	4,162,324.55	4,210,238.20
Subsídios, doações e legados à exploração	12	2,385,691.98	2,375,601.40
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		27,919.06	41,483.99
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(953,250.95)	(989,622.48)
Fornecimentos e serviços externos	15.11	(2,507,895.99)	(2,408,146.83)
Gastos com o pessoal	13	(3,980,914.81)	(3,945,992.56)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.3	(80,508.87)	(68,062.09)
Provisões (aumentos/reduções)		-	(15,000.00)
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Outras Imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	15.12	1,531,197.70	1,598,258.21
Outros gastos e perdas	15.13	(86,225.80)	(164,217.67)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		498,336.87	634,540.17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(404,258.56)	(409,527.58)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		94,078.31	225,012.59
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	15.14	(18,961.47)	(36,222.28)
Resultados antes de impostos		75,116.84	188,790.31
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		75,116.84	188,790.31

Vila Nova de Gaia, 04 de março de 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

[Assinatura]

MESA ADMINISTRATIVA

[Assinaturas da Mesa Administrativa]

Demonstração dos Resultados por Valência

EQUIPAMENTO SOCIAL SALVADOR BRANDÃO

	Internamento	Centro Dia	Apoios Domiciliares	TOTAL
Vendas e serviços prestados	623,532.15	72,198.35	41,970.58	737,701.08
Subsídios, doações e legados à exploração ISS, IP - Centros Distritais	567,208.99	31,400.30	113,446.93	712,056.22
	474,471.16	26,607.76	108,312.07	609,390.99
Subsídios, doações e legados à exploração	92,737.83	4,792.54	5,134.86	102,665.23
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(34,285.70)	(3,844.73)	(4,119.35)	(42,249.78)
Fornecimentos e serviços externos	(508,020.93)	(56,968.46)	(61,037.64)	(626,027.03)
Gastos com o pessoal	(580,737.67)	(65,122.77)	(69,774.40)	(715,634.84)
Ajustamentos de inventários (perdas/re	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(12,384.90)	(1,388.82)	(1,488.02)	(15,261.74)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	410,028.39	45,935.97	49,217.11	505,181.47
Outros gastos e perdas	(13,189.57)	(1,479.05)	(1,584.70)	(16,253.32)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	452,150.76	20,730.79	66,630.51	539,512.06
Gastos/reversões de depreciação e de a	(105,931.52)	(11,878.95)	(12,727.45)	(130,537.92)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	346,219.24	8,851.84	53,903.06	408,974.14
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(3,528.31)	(395.66)	(423.92)	(4,347.89)
Resultado antes de impostos	342,690.93	8,456.18	53,479.14	404,626.25
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	342,690.93	8,456.18	53,479.14	404,626.25

EQUIPAMENTO SOCIAL ANTÓNIO ALMEIDA COSTA

	Internamento	Centro Dia	Apoios Domiciliares	TOTAL
Vendas e serviços prestados	583,000.15	65,938.00	34,510.22	683,448.37
Subsídios, doações e legados à exploração ISS, IP - Centros Distritais	457,967.03	43,342.74	81,337.43	582,647.20
	428,787.54	39,702.47	77,976.91	546,466.92
Subsídios, doações e legados à exploração	29,179.49	3,640.27	3,360.52	36,180.28
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(30,181.48)	(3,806.44)	(3,513.92)	(37,501.84)
Fornecimentos e serviços externos	(481,654.72)	(60,745.47)	(56,077.35)	(598,477.54)
Gastos com o pessoal	(584,251.61)	(73,684.81)	(68,022.34)	(725,958.76)
Ajustamentos de inventários (perdas/re	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(11,636.19)	(1,467.54)	(1,354.76)	(14,458.49)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	236,355.56	29,756.42	27,469.72	293,581.70
Outros gastos e perdas	(10,766.12)	(1,357.81)	(1,253.47)	(13,377.40)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	158,832.62	(2,024.91)	13,095.53	169,903.24
Gastos/reversões de depreciação e de a	(52,349.41)	(6,602.22)	(6,094.85)	(65,046.48)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	106,483.21	(8,627.13)	7,000.68	104,856.76
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(1,723.40)	(217.35)	(200.65)	(2,141.40)
Resultado antes de impostos	104,759.81	(8,844.48)	6,800.03	102,715.36
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	104,759.81	(8,844.48)	6,800.03	102,715.36

EQUIPAMENTO SOCIAL JOSÉ TAVARES BASTOS

	Internamento	Centro Dia	Apoios Domiciliares	TOTAL
Vendas e serviços prestados	327,194.07	44,603.19	40,212.12	412,009.38
Subsídios, doações e legados à exploração	280,650.68	26,312.07	75,297.81	382,260.56
ISS, IP - Centros Distritais	258,647.57	24,034.04	72,778.58	355,460.19
Subsídios, doações e legados à exploração	22,003.11	2,278.03	2,519.23	26,800.37
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(24,304.03)	(2,516.25)	(2,782.68)	(29,602.96)
Fornecimentos e serviços externos	(301,012.31)	(31,164.49)	(34,464.26)	(366,641.06)
Gastos com o pessoal	(405,611.19)	(41,993.85)	(46,440.26)	(494,045.30)
Ajustamentos de inventários (perdas/re	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(8,573.08)	(887.59)	(981.57)	(10,442.24)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	155,181.34	16,066.28	17,767.41	189,015.03
Outros gastos e perdas	(7,528.11)	(776.59)	(858.82)	(9,163.52)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	15,997.37	9,642.77	47,749.75	73,389.89
Gastos/reversões de depreciação e de a	(24,691.62)	(2,556.38)	(2,827.06)	(30,075.06)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(8,694.25)	7,086.39	44,922.69	43,314.83
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(1,269.74)	(131.46)	(145.38)	(1,546.58)
Resultado antes de impostos	(9,963.99)	6,954.93	44,777.31	41,768.25
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(9,963.99)	6,954.93	44,777.31	41,768.25

CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA D. EMÍLIA JESUS COSTA

	Creche	Jardim		TOTAL
Vendas e serviços prestados	101,890.20	144,519.98	-	246,410.18
Subsídios, doações e legados à exploração	208,592.44	244,636.41	-	453,228.85
ISS, IP - Centros Distritais	201,633.96	234,622.98	-	436,256.94
Subsídios, doações e legados à exploração	6,958.48	10,013.43	-	16,971.91
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(2,257.78)	(3,249.01)	-	(5,506.79)
Fornecimentos e serviços externos	(79,146.93)	(113,894.36)	-	(193,041.29)
Gastos com o pessoal	(216,454.26)	(311,482.96)	-	(527,937.22)
Ajustamentos de inventários (perdas/re	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(4,027.39)	(5,795.52)	-	(9,822.91)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	21,759.46	31,312.40	-	53,071.86
Outros gastos e perdas	(1,804.46)	(2,596.66)	-	(4,401.12)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	28,551.28	(16,549.72)	-	12,001.56
Gastos/reversões de depreciação e de a	(26,579.65)	(38,248.77)	-	(64,828.42)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	1,971.63	(54,798.49)	-	(52,826.86)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(694.99)	(1,000.11)	-	(1,695.10)
Resultado antes de impostos	1,276.64	(55,798.60)	-	(54,521.96)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	1,276.64	(55,798.60)	-	(54,521.96)

CENTRO ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO Nº SRº DA MISERICÓRDIA

	CAT		TOTAL
Vendas e serviços prestados	11,847.29		11,847.29
Subsídios, doações e legados à exploraç	172,414.43		172,414.43
ISS, IP - Centros Distritais	138,617.31		138,617.31
Subsídios, doações e legados à exploração	33,797.12		33,797.12
Variação nos inventários da produção	-		-
Trabalhos para a própria entidade	-		-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(5,951.76)		(5,951.76)
Fornecimentos e serviços externos	(65,073.60)		(65,073.60)
Gastos com o pessoal	(219,408.73)		(219,408.73)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-		-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(3,213.00)		(3,213.00)
Provisões (aumentos/reduções)	-		-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-		-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-		-
Aumentos/reduções de justo valor	-		-
Outros rendimentos e ganhos	14,691.33		14,691.33
Outros gastos e perdas	(9,638.81)		(9,638.81)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(104,332.85)		(104,332.85)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(9,891.10)		(9,891.10)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(114,223.95)		(114,223.95)
Juros e rendimentos similares obtidos	-		-
Juros e gastos similares suportados	(475.85)		(475.85)
Resultado antes de impostos	(114,699.80)		(114,699.80)
Imposto sobre o rendimento do período	-		-
Resultado Líquido do Período	(114,699.80)		(114,699.80)

SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL - SAS

	DIC		TOTAL
Vendas e serviços prestados	285.17		285.17
Subsídios, doações e legados à exploraç	29,363.13		29,363.13
ISS, IP - Centros Distritais	28,033.51		28,033.51
Subsídios, doações e legados à exploração	1,329.62		1,329.62
Variação nos inventários da produção	-		-
Trabalhos para a própria entidade	-		-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(320.63)		(320.63)
Fornecimentos e serviços externos	(5,697.87)		(5,697.87)
Gastos com o pessoal	(57,331.84)		(57,331.84)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-		-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(1,204.87)		(1,204.87)
Provisões (aumentos/reduções)	-		-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-		-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-		-
Aumentos/reduções de justo valor	-		-
Outros rendimentos e ganhos	8,001.29		8,001.29
Outros gastos e perdas	(8,020.60)		(8,020.60)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(34,926.22)		(34,926.22)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(2,197.40)		(2,197.40)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(37,123.62)		(37,123.62)
Juros e rendimentos similares obtidos	-		-
Juros e gastos similares suportados	(178.46)		(178.46)
Resultado antes de impostos	(37,302.08)		(37,302.08)
Imposto sobre o rendimento do período	-		-
Resultado Líquido do Período	(37,302.08)		(37,302.08)

OUTRAS ATIVIDADES

	Estrutura Residencial Conde das Devesas	Farmácia da Misericórdia	Clinica Fisiatrica	Sector de Obras, Manutenção e Património	Academia Sénior Gaia
Vendas e serviços prestados	457,003.85	1,027,451.66	554,538.28	4,149.29	27,480.00
Subsídios, doações e legados à exploração	20,380.29	11,007.34	4,849.31	17,484.65	-
ISS, IP - Centros Distritais	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados à exploração	20,380.29	11,007.34	4,849.31	17,484.65	-
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	27,919.06	-
Custo das mercadorias vendidas e das mat	(22,405.32)	(795,600.15)	(13,495.49)	(616.23)	-
Fornecimentos e serviços externos	(303,701.17)	(51,694.68)	(240,012.14)	(40,791.02)	(16,738.59)
Gastos com o pessoal	(476,567.61)	(202,450.60)	(325,589.14)	(235,990.77)	-
Ajustamentos de inventários (perdas/revi	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/	(8,835.75)	(5,221.12)	(4,016.25)	(8,032.50)	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/redução	-	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	145,725.00	51,966.15	17,610.79	252,353.08	-
Outros gastos e perdas	(14,787.15)	(3,682.84)	(3,088.86)	(3,808.88)	(3.30)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(203,187.86)	31,775.76	(9,203.50)	12,666.68	10,738.11
Gastos/reversões de depreciação e de am	(61,722.92)	(12,405.21)	(16,077.04)	(11,477.01)	-
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(264,910.78)	19,370.55	(25,280.54)	1,189.67	10,738.11
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(1,308.62)	(773.30)	(5,304.60)	(1,189.67)	-
Resultado antes de impostos	(266,219.40)	18,597.25	(30,585.14)	(0.00)	10,738.11
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(266,219.40)	18,597.25	(30,585.14)	(0.00)	10,738.11

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2013

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transiados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1	3.588.634,24	-	3.835.274,03	44.555,16	-	-	2.085.482,63	(70.309,16)	9.483.636,90	-	9.483.636,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas										-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-	-	-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos										-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	-	-	-	-	(58.362,02)	-	(58.362,02)	-	(58.362,02)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										-	188.790,31
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3										-	130.428,29
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos					(70.309,16)			69.630,56	70.309,16	69.630,56	-	69.630,56
Subsídios, doações e legados										-	-	-
Outras operações	5	-	-	-	(70.309,16)	-	-	69.630,56	70.309,16	69.630,56	-	69.630,56
POSICÃO NO FIM DO ANO 2013	5=1+2+3+4	3.588.634,24	-	3.835.274,03	(25.754,00)	-	-	2.096.751,17	188.790,31	9.683.695,75	-	9.683.695,75

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2014

Unidade Monetária: Euros

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transferidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
6	Posição no início do período 2014	3,588,634.24	-	3,835,274.03	(25,754.00)	-	-	2,096,751.17	188,790.31	9,683,695.75	-	9,683,695.75
		ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
		Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
		Alterações de políticas contabilísticas										
		Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
7	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(45,283.60)		(45,283.60)	-	(45,283.60)
		-	-	-	-	-	-	(45,283.60)	-	(45,283.60)	-	(45,283.60)
		RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
		8							75,116.84	75,116.84	-	75,116.84
		RESULTADO EXTENSIVO										
9=7+8	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								75,116.84	29,833.24	-	29,833.24
		Fundos										
					188,790.31			603,740.52	(188,790.31)	603,740.52		603,740.52
								603,740.52	(188,790.31)	603,740.52	-	603,740.52
		10	-	-	-	188,790.31	-	-	603,740.52	(188,790.31)	603,740.52	-
6+7+8+10		3,588,634.24	-	3,835,274.03	163,036.31	-	-	2,655,208.09	75,116.84	10,317,269.51	-	10,317,269.51

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	PERÍODOS
		2014	2013
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		5,253,431.91	5,199,135.03
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	(1,546.64)
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(3,224,383.88)	(3,159,524.15)
Pagamentos ao pessoal		(3,813,139.05)	(3,984,264.56)
Caixa gerada pelas operações		(1,784,091.02)	(1,946,200.32)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		2,623,685.23	2,230,683.68
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		839,594.21	284,483.36
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(63,264.39)	(421,592.63)
Ativos intangíveis		(2,791.18)	(5,676.46)
Investimentos financeiros		(1,285.82)	(54.08)
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		342.53	132.80
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	69,630.56
Juros e rendimentos similares		15,551.18	21,978.28
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(51,447.68)	(335,581.53)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	100,000.00
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(244,477.48)	(192,987.48)
Juros e gastos similares		(15,841.66)	(26,700.00)
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(260,319.14)	(119,687.48)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		527,827.39	(170,785.65)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		762,096.44	932,882.09
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1,289,923.83	762,096.44

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” em 26 de junho de 1929, com registo definitivo publicado em Diário da Republica n.º 47, Série III; de 25 de Fevereiro de 2003, e tem a sua sede social em Rua Teixeira Lopes n.º 33 em Vila Nova de Gaia.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 04 de Março de 2014. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos

de dismantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edificações ligeiras	6
Edificações afetas à indústria agropecuária	25
Outros edifícios e construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento e utensílios	4
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5
Taras e vasilhame	8
Animais produtivos, de trabalho e de reprodução	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.1. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Não tendo sido possível proceder à avaliação e decomposição dos valores dos imóveis que compõe o património afeto ao arrendamento da Santa Casa, mantiveram-se os mesmos em

Ativos Fixos Tangíveis, pelo valor pelo qual constavam da contabilidade, tendo sido este o custo considerado.

Existe, no entanto, uma quantidade significativa de imóveis, descritos no “Livro Branco”, que poderão vir a ser reclassificados para propriedades de investimento.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Investimentos financeiros

Sempre que a entidade tenha uma influência significativa, os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e a

quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida após a data de aquisição. Os resultados da entidade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição (Goodwill) é mantido no valor do investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo é reconhecido como um rendimento do exercício.

3.2.5. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao valor nominal.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2013

	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-Dez-2013
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	781,589.54	-	-	-	-	781,589.54
Edifícios e outras construções	13,671,181.40	-	-	611,209.30	-	14,282,390.70
Equipamento básico	1,578,499.61	72,577.03	(6,264.84)	23,314.58	-	1,668,126.38
Equipamento de transporte	430,802.92	-	-	-	-	430,802.92
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	430,072.15	7,353.09	(7,677.20)	-	-	429,748.04
Investimentos em curso	964,992.35	444,052.80	-	(634,523.88)	-	774,521.27
Outros Ativos fixos tangíveis	31,118.23	252.15	-	-	-	31,370.38
Total	17,888,256.20	524,235.07	(13,942.04)	-	-	18,398,549.23
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(4,863,681.41)	(285,238.36)	-	-	-	(5,148,919.77)
Equipamento básico	(1,335,411.16)	(68,940.77)	6,231.01	-	-	(1,398,120.92)
Equipamento de transporte	(364,360.62)	(27,376.00)	-	-	-	(391,736.62)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(356,734.09)	(27,896.08)	7,431.10	-	-	(377,199.07)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(22,631.63)	(480.20)	-	-	-	(23,111.83)
Total	(6,942,818.91)	(409,931.41)	13,662.11	-	-	(7,339,088.21)
TOTAL LIQUIDO 2013						11,059,461.02

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-Dez-2014
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	781,589.54	1,008.99	-	-	-	782,598.53
Edifícios e outras construções	14,282,390.70	3,026.97	-	26,798.20	-	14,312,215.87
Equipamento básico	1,668,126.38	14,537.47	-	-	-	1,682,663.85
Equipamento de transporte	430,802.92	-	-	-	-	430,802.92
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	429,748.04	17,595.99	-	-	-	447,344.03
Investimentos em curso	774,521.27	67,951.33	(44,379.91)	(26,798.20)	-	771,294.49
Outros Ativos fixos tangíveis	31,370.38	2,183.53	-	-	-	33,553.91
Total	18,398,549.23	106,304.48	(44,379.91)	(0.20)	-	18,460,473.60
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(5,148,919.77)	(284,034.55)	-	-	-	(5,432,954.32)
Equipamento básico	(1,398,120.92)	(71,545.33)	-	-	-	(1,469,666.25)
Equipamento de transporte	(391,736.62)	(19,694.67)	-	-	-	(411,431.29)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(377,199.07)	(25,241.66)	-	-	-	(402,440.73)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(23,111.83)	(517.27)	-	-	-	(23,629.10)
Total	(7,339,088.21)	(401,033.48)	-	-	-	(7,740,121.69)
TOTAL LIQUIDO 2014						10,720,351.91

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalo- rizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Programas de Computador	7,309.16	2,791.18	-	-	-	10,100.34
Total	7,309.16	2,791.18	-	-	-	10,100.34
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	(850.72)	(3,225.08)	-	-	-	(4,075.80)
Total	(850.72)	(3,225.08)	-	-	-	(4,075.80)
TOTAL LIQUIDO						6,024.54

6. Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2013 e 2014, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

31 de Dezembro de 2013

	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalo- rizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Bens móveis	51,211.59	-	-	-	-	51,211.59
Total	51,211.59	-	-	-	-	51,211.59

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalo- rizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Bens móveis	51,211.59	885.60	-	-	-	52,097.19
Total	51,211.59	885.60	-	-	-	52,097.19

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2014			2013		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	41,198.85	(7,435.70)	33,763.15	41,198.85	(571.98)	40,626.87
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	41,198.85	(7,435.70)	33,763.15	41,198.85	(571.98)	40,626.87

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2014			2013		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	13,503.96	1,024.45	14,528.41	12,830.60	1,697.82	14,528.42
De um a cinco anos	12,616.69	317.29	12,933.98	26,117.66	1,341.75	27,459.41
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	26,120.65	1,341.74	27,462.39	38,948.26	3,039.57	41,987.83

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Amortização de Capital e Juros suportados:

Descrição	2014			2013		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	200,000.00	7,190.14	207,190.14	-	-	-
De um a cinco anos	31,649.89	5,354.00	37,003.89	39,448.11	4,089.87	43,537.98
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	231,649.89	12,544.14	244,194.03	39,448.11	4,089.87	43,537.98

O valor dos financiamentos obtidos no final de 2013 e 2014 é o seguinte:

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	23,778.22	88,388.45	112,166.67	29,987.10	113,829.46	143,816.56
Locações Financeiras	13,503.96	12,616.69	26,120.65	12,830.60	26,117.66	38,948.26
Contas caucionadas	-	-	-	50,000.00	150,000.00	200,000.00
Total	37,282.18	101,005.14	138,287.32	92,817.70	289,947.12	382,764.82

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2014 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2013	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-Dez-2013
Mercadorias	132,245.13	808,763.27		(789,653.69)	151,354.71
Matérias-primas, subs e de cons	79,973.12	190,222.23	-	(199,968.79)	70,226.56
Total	212,218.25	998,985.50	-	(989,622.48)	221,581.27

Descrição	Inventário em 01-Jan-2014	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-Dez-2014
Mercadorias	151,354.71	775,454.52	-	(793,924.07)	132,885.16
Matérias-primas, subs e de cons	70,226.56	166,941.65	-	(159,326.88)	77,841.33
Total	221,581.27	942,396.17	-	(953,250.95)	210,726.49

10. Rédito

Para os períodos de 2013 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	1,025,534.23	1,097,446.83
Prestação de Serviços	3,136,790.32	3,112,791.37
Quotas dos utilizadores	2,561,261.68	2,553,610.67
Quotas e Joias	19,011.00	26,500.15
Invalidez e Reabilitação	553,587.73	529,196.17
Outros Serviços	2,929.91	3,484.38
SubTotal	4,162,324.55	4,210,238.20
Juros	23,073.14	20,794.86
Total	4,185,397.69	4,231,033.06

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2013 e 2014, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2013	Aumentos	Diminuições	2014
Processos judiciais em curso	20,000.00	-	-	20,000.00
Total	20,000.00	-	-	20,000.00

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2013 e 2014, a Entidade reconheceu os seguintes valores em “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Governo	2,251,711.04	2,292,363.80
Centro Regional Segurança Social	2,114,225.86	2,082,483.28
Instituto Emprego e Formação Profissional	80,710.82	113,298.44
POPH - Formação	36,249.75	56,205.66
Programa PIEF	16,000.01	36,868.42
Câmara Municipal vila Nova Gaia	4,524.60	3,508.00
Apoios do Governo	-	-
Sub-Total	2,251,711.04	2,292,363.80
Descrição	2014	2013
Subsídios de outras entidades	8,794.47	4,247.96
Doações	125,186.47	78,989.64
Heranças	-	-
Legados	-	-
Sub-Total	133,980.94	83,237.60
TOTAL	2,385,691.98	2,375,601.40

13. Benefícios dos empregados

O número de membros da Mesa Administrativa, nos períodos de 2013 e 2014, foi de 9.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2013 foi de 308 e em 31/12/2014 foi de 314.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	3,228,276.67	3,222,964.20
Indemnizações	15,000.00	-
Encargos sobre as Remunerações	661,109.52	641,866.19
Seguros de Acidentes no Trabalho	30,690.47	20,584.17
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	45,838.15	60,578.00
Total	3,980,914.81	3,945,992.56

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210 da Lei 110/2009 de 16 de Setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram de 9.594,00€.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Investimentos noutras empresas	12,548.18	12,137.18
Outros Investimentos Financeiros	3,019.88	2,904.16
Fundo Compensação Segurança Social	1,032.62	89.33
Total	16,600.68	15,130.67

15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Quotas	47,432.83	49,811.63
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	47,432.83	49,811.63
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Total	-	-

15.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c	183,366.33	194,521.14
Clientes	126,120.92	128,379.99
Inquilinos	11,701.03	10,337.17
Utentes	45,544.38	55,803.98
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	226,812.11	192,148.13
Clientes	5,722.99	5,722.99
Inquilinos	121,030.03	120,581.41
Utentes	100,059.09	65,843.73
Perdas por Imparidade acumuladas	(226,812.11)	(146,303.24)
Clientes	(5,722.99)	(5,722.99)
Inquilinos	(121,030.03)	(112,781.75)
Utentes	(100,059.09)	(27,798.50)
Total	183,366.33	240,366.03

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2014	2013
Clientes	-	(5,722.99)
Inquilinos	(8,248.28)	(56,817.22)
Utentes	(72,260.59)	(5,521.88)
Total	(80,508.87)	(68,062.09)

15.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Adiantamentos ao pessoal	3,145.96	3,204.32
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	10,849.33	3,354.11
Entidades do Sector Publico Administrativo	24,254.34	114,244.53
Programa POPH - Formação	14,475.89	114,244.53
Programa PIEF	9,778.45	-
Outros Devedores	46,901.84	22,196.41
Perdas por Imparidade	-	-
Total	85,151.47	142,999.37

15.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	210.65	2,009.59
PIEF	-	1,953.61
Total	210.65	3,963.20
Rendimentos a reconhecer		
Contratos Vitalícios	537,733.79	636,729.27
Mensalidades a reconhecer em 2015	42,383.12	34,301.25
Fundo Apoio ao Centro Acolhimento	15,000.00	30,000.00
Fundos Utentes	86,400.00	66,916.17
Rendas a reconhecer em 2015	43,360.50	45,735.25
Programa POPH - Formação	-	85,735.38
Programa PIEF	-	-
Total	724,877.41	899,417.32

15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa	6,390.23	3,936.62
Depósitos à ordem	383,533.60	258,159.82
Depósitos a prazo	900,000.00	500,000.00
Outros	-	-
Total	1,289,923.83	762,096.44

15.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2014
Fundos	3,588,634.24	-	-	3,588,634.24
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	3,835,274.03	-	-	3,835,274.03
Resultados transitados	(25,754.00)	188,790.31	-	163,036.31
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	2,096,751.17	603,740.52	(45,283.60)	2,655,208.09
Resultado líquido exercício	188,790.31	75,116.84	(188,790.31)	75,116.84
Total	9,683,695.75	867,647.67	(234,073.91)	10,317,269.51

15.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	475,917.57	580,556.44
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	475,917.57	580,556.44

15.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8,991.29	3,780.82
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	23,544.76	24,363.48
Segurança Social	70,562.04	71,054.20
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	103,098.09	99,198.50

15.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	542,296.06	-	530,332.60
Remunerações a pagar	-	539,725.08	-	528,133.10
Cauções	-	2,570.98	-	2,199.50
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	2,773.77	-	-
Guarda Valores Utentes	-	252,994.89		302,744.30
Outros credores	17,079.67	17,894.33	54,369.93	-
	-	-	-	-
Total	17,079.67	815,959.05	54,369.93	833,076.90

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	914,875.48	932,162.58
Gertal	821,841.50	814,585.76
Clinica Fisiátrica	93,027.99	117,530.41
Outros subcontratos	5.99	46.41
Serviços especializados	962,133.25	857,164.30
Vigilância e Segurança	130,446.18	112,038.54
Honorários Trab Independentes	110,869.44	145,845.14
Conservação e Reparação	417,479.14	346,822.76
Encargos Saúde Utentes	154,542.39	143,448.01
Outros Serviços Especializados	148,796.10	109,009.85
Materiais	47,370.62	43,544.29
Energia e fluidos	454,373.55	456,535.95
Deslocações, estadas e transportes	13,888.26	11,721.50
Serviços diversos	115,254.83	107,018.21
Comunicações	42,064.85	45,009.95
Seguros	24,317.40	25,614.92
Limpeza, higiene e conforto	20,583.87	10,496.36
Outros	28,288.71	25,896.98
Total	2,507,895.99	2,408,146.83

15.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	373,440.57	395,016.30
Descontos de pronto pagamento obtidos	27,272.01	40,199.12
Recuperação de dívidas a receber	2,614.17	602.50
Ganhos em inventários	-	-
Rend e ganhos restantes act financeiros	526.72	285.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	980,533.13	997,723.56
Juros de depósitos obtidos	23,073.14	20,662.06
Dividendos obtidos	-	132.80
Outros rendimentos similares	-	-
Outros rendimentos e ganhos	123,737.96	143,636.87
Subsídios Investimento	45,283.60	58,362.02
Correções Exercícios Anteriores	22,776.64	20,916.09
Ganhos Imobilizações	-	-
Ganhos Vitalícios	36,468.65	47,275.16
Outros	19,209.07	17,083.60
Total	1,531,197.70	1,598,258.21

15.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	23,934.63	20,252.56
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Apoio pecuniário a carenciados	7,660.21	8,044.48
Outros Gastos Similares	5,358.85	4,135.91
Outros Gastos e Perdas	49,272.11	131,784.72
Correções relativas anos anteriores	36,275.63	43,635.38
Donativos	2,046.64	1,546.64
Quotizações	2,574.30	4,905.70
Contrato Vitalícios	-	23,768.84
Outras Penalidades (contratuais)	1,098.37	21,485.72
Outros	7,277.17	36,442.44
Total	86,225.80	164,217.67

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(18,961.47)	(36,222.28)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	(18,961.47)	(36,222.28)

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Mesa Administrativa em 04 de março de 2015.

Vila Nova de Gaia 04 de março de 2015

PARECER DO DEFINITÓRIO DA S.C.M.G.
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014

No dia 19 de Março de 2015 pelas 14:30 horas, na sede da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, reuniu o Definitório para apreciação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2014 da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Nesta reunião foram presentes o Relatório de Atividades e Contas de 2014, tendo estes documentos sido analisados de forma detalhada, tendo os membros do Definitório obtido todos os esclarecimentos solicitados.

Assim, tendo em conta a análise anteriormente referida, bem como a apreciação da certificação legal das contas emitida pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Definitório entende que ambos os documentos merecem o parecer favorável deste órgão.

Vila Nova de Gaia, 19 de Março de 2015.

O DEFINITÓRIO,



Epg.º Manuel Francisco Caruncho



Manuel Fernando Chaves da Silva



Fernando Jorge Dias Andrade

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975*

Contribuinte n.º 302 138 394

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de "**Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia**", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de 12.612.488,62 euros e um total do fundo de capital de 10.317.269,51 euros, incluindo um resultado líquido de 75.116,84 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas e por valência, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de actividades com as demonstrações financeiras.



ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMFM com o n.º 1975

Contribuinte n.º 502 138 394

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Descrição dos factos que se nos afiguram relevantes e que devem ser considerados na apreciação do Balanço e da Demonstração dos Resultados.

- 7.1 Com a aplicação do regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, a Instituição deveria ter destacado dos seus activos fixos tangíveis os imóveis destinados a arrendamento e consequentemente mandar proceder à sua avaliação. Tal procedimento não foi adoptado, do que resultou que a totalidade dos imóveis foi mantida em activos fixos tangíveis, e foi considerado o valor que constava da contabilidade (custo histórico). Assim sendo, não foi supletivamente aplicado o preceituado na Norma contabilística e de relato financeiro 11 – Propriedades de Investimento.

Embora sem poder quantificar os efeitos que resultariam da avaliação, quer no acréscimo de património quer no aumento de depreciações, é nosso entender que daí não decorreria a necessidade de reconhecer qualquer imparidade, antes pelo contrário, daria lugar a um acréscimo do valor do património líquido.

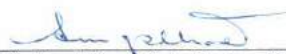
OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação descrita no ponto 7 (Reserva) acima podem implicar, as demonstrações financeiras referidas apresentam, quanto ao mais, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de "Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia" em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, aplicável em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Actividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Vila Nova de Gaia, 16 de Março de 2015



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães
R.O.C. nº 179

2